



Número: **0815717-48.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **01/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|-------------------------|
| FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO (AUTOR) | | GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 13708578 | 11/12/2020 09:25 | Petição | Petição |
| 13551276 | 08/12/2020 10:50 | Despacho | Despacho |
| 13531105 | 02/12/2020 11:17 | Certidão | Certidão |
| 13531111 | 02/12/2020 11:17 | AR DO PROC 0815717 DR. MIGUEL ÂNGELO | AVISO DE RECEBIMENTO |
| 12651963 | 21/10/2020 11:43 | Intimação | Intimação |
| 10900948 | 21/07/2020 20:03 | Petição JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS | Petição |
| 10900952 | 21/07/2020 20:03 | 2654974_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01 | Petição |
| 10900953 | 21/07/2020 20:03 | 2654974_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 9523176 | 07/05/2020 12:41 | Despacho | Despacho |
| 9492927 | 03/05/2020 21:02 | Certidão | Certidão |
| 9492926 | 03/05/2020 21:02 | Certidão | Certidão |
| 7949114 | 20/01/2020 18:16 | réplica e pedido de perícia | Petição |
| 7949115 | 20/01/2020 18:16 | ADITIVO_CONVENIO_TJPI_LIDER | Documentos |
| 7949116 | 20/01/2020 18:16 | CONVÊNIO TJPI x SEG LÍDER | Documentos |
| 7246562 | 19/11/2019 15:47 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 7246549 | 19/11/2019 15:45 | Certidão | Certidão |
| 7197789 | 14/11/2019 17:21 | HABILITAÇÃO | Petição |
| 7062906 | 06/11/2019 13:39 | AVISO DE RECEBIMENTO | AVISO DE RECEBIMENTO |
| 7062912 | 06/11/2019 13:39 | Digitalizar_2019_11_06_13_28_03_186 | AVISO DE RECEBIMENTO |

| | | | |
|-------------|------------------|--|--------------------------------------|
| 67332 89 | 15/10/2019 11:18 | CONTESTAÇÃO | CONTESTAÇÃO |
| 67338 63 | 15/10/2019 11:18 | 2654974_CONTESTACAO_01 | CONTESTAÇÃO |
| 67338 72 | 15/10/2019 11:18 | Anexo_01 | Documentos |
| 67363 92 | 15/10/2019 11:18 | Anexo_02 | Documentos |
| 67365 46 | 15/10/2019 11:18 | CARTA DE PREPOSTOS | Documentos |
| 67365 56 | 15/10/2019 11:18 | SUBSTABELECIMENTO | PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS |
| 65051 89 | 26/09/2019 13:13 | Comprovante | Comprovante |
| 65051 91 | 26/09/2019 13:13 | Digitalizar_2019_09_26_13_14_19_747 | Comprovante |
| 62356 05 | 05/09/2019 14:39 | Citação | Citação |
| 60143 23 | 19/08/2019 23:51 | Despacho | Despacho |
| 56092 98 | 10/07/2019 15:51 | Certidão | Certidão |
| 56092 97 | 10/07/2019 15:51 | Certidão | Certidão |
| 55113 29 | 01/07/2019 19:10 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 55113 32 | 01/07/2019 19:10 | FRANCINALDO LIMA MONTEIRO24042019_compressed | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |

SEGUE EM ANEXO JUNTADA DE QUESITOS PARA PERICIA.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

Nome: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO
Endereço: Rua Francisca de Sales Carvalho Veras, 3037, Santo Antônio, TERESINA - PI - CEP: 64029-160

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Edifício Citibank, 21 andar, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

MANDADO

Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo ficam as partes cientes do conteúdo abaixo:

DESPACHO-CARTA

Vistos.

Com o advento da Portaria n.º 2121/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 14/07/2020, foi estabelecido o plano de retorno gradual aos trabalhos presenciais, tendo sido autorizado, a partir do dia 24/08/2020, o atendimento ao público externo.

Nesse contexto, e sendo necessária a realização de perícia médica nestes autos, impreterivelmente por meio de exame físico, ou seja, presencial, porquanto os danos alegados e questionados pelas partes inviabilizam a realização de perícia indireta (documental), **tenho por bem designar data para realização da perícia convencional, na sede deste juízo.**

Em relação ao profissional nomeado, o TJ/PI instituiu no âmbito do 1.º e 2.º graus da Justiça Comum do Estado do Piauí o Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC), destinado ao gerenciamento do cadastramento e da escolha dos peritos, tradutores, intérpretes e leiloeiros para atuarem nos processos judiciais. Via de regra, o cadastro e a escolha dos profissionais será feita exclusivamente por meio do referido sistema (art. 1.º, Parágrafo único, Provimento n.º 21/2018 – CGJ) e, apenas excepcionalmente, na hipótese de não existir profissional da especialidade desejada no CPTEC, o magistrado poderá designar profissional não cadastrado na plataforma para prestar o serviço necessário ao andamento do processo (art. 10, § 1.º, Provimento n.º 21/2018), o que é justamente o caso destes autos. Não foi identificado no CPTEC nenhum médico ortopedista, especialidade necessária à perícia médica exigida no presente feito, o que afasta a nomeação de profissional por intermédio do referido sistema.

Assim, **nomeio perito o médico ortopedista Dr. Miguel Ângelo Gonçalves Reis Filho**, CRM/PI n.º 4369, com endereço na Rua Domingos Cordeiro, 1919, Casa 06, Horto Florestal, nesta cidade, para realizar a prova técnica necessária ao deslinde do feito. Em contato com a serventia do juízo, o referido profissional informou que aceita o encargo e marcou o dia para realização da avaliação.

Deste modo, intime-se a parte autora **pessoalmente**, por meio de carta com ARMP, para comparecer **no dia 27/01/2021, às 13h30**, na sala das audiências deste juízo, cientificando-a que o não comparecimento ao ato implicará preclusão da prova pericial. A realização das perícias ocorrerá por ordem de chegada, devendo o interessado identificar-se para fins de controle.

Intime-se a parte ré, por publicação no Diário da Justiça para, querendo, se fazer presente e/ou arguir impedimentos, indicar assistente técnico ou apresentar quesitos, no prazo de 15 (quinze) dias (art.465, CPC).

Cientifique-se o perito nomeado de que os honorários periciais serão liberados quando da entrega do laudo, cujo prazo fixo em 20 (vinte) dias a contar da data da perícia, bem como o advirta acerca da necessidade de cadastramento no CPTEC (art. 10, § 2.º, Provimento n.º 21/2018).

Saliento que **as partes deverão comparecer sem acompanhantes**, diminuindo aglomerações na sala de espera; caso necessário a presença de acompanhante, este fica limitado a apenas uma pessoa.

Não é demais lembrar que **o uso de máscara é obrigatório para o acesso e permanência nos prédios do Poder Judiciário**; e em que o acesso à Unidade deverá ser precedido de descontaminação das mãos com álcool 70%, devendo ser respeitado o distanciamento mínimo de 02 (dois) metros entre os indivíduos, estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, nos termos do art. 18, da Portaria n.º 2121/2020.

As partes deverão comparecer munidas com uma caneta, a fim de que possam assinar o termo de comparecimento à perícia, evitando o compartilhamento de objetos de uso pessoal.

Ademais, esclarece-se que durante todo o período de vigência da pandemia, a utilização de elevadores é restrita aos idosos, gestantes e pessoas com dificuldade de locomoção, devendo o referido aparelho ser operado por uma única pessoa a cada deslocamento, nos termos do art. 20, da Portaria n.º 2121/2020.

Que o Gabinete desta 6.ª Vara Cível promova a notificação do perito nomeado, via e-mail, cientificando-o do teor da presente decisão. Que encaminhe, ainda, a listagem com o nome das partes e o respectivo horário agendado para a perícia, no dia anterior ao ato, para a Superintendência de Segurança, responsável pelo controle de acesso aos prédios do TJ/PI, como forma de propiciar o acesso àqueles que serão atendidos.

Baixem-se os autos em Secretaria para os expedientes necessários, relativos a intimação das partes.

Intime-se. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 3 de dezembro de 2020

Édison Rogério Leitão Rodrigues
Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível da Comarca de Teresina

fm

processo: 0815717-48.2019.8.18.0140
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que o AR da carta de intimação do perito DR. MIGUEL ÂNGELO G. R. FILHO juntado aos autos foi devolvido sem leitura pelo motivo "AUSENTE".

2 de dezembro de 2020

KARLLA SUSY COSTA MELO VIANA

| | | |
|--|-----------------------|---|
| MP | | |
| DESTINATÁRIO: ILMO DR MIGUEL ANGELO GONCALVES REIS FILHO RUA DOMINGOS CORDEIRO, n 1919, C-06 HORTO 64052450 - TERESINA - PI BO636221800BR  | | TENTATIVAS DE ENTREGA: 1ª 03,11,20 10:33 2ª 05,11,20 11:10 3ª 07,11,20 10:15 AUSENTE 3x |
| REMETENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA PI SECRETARIA UNIFICADA ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: PRACA DES. EDGARD NOGUEIRA, n S/N, CENTRO CÍVICO CABRAL 64000-830 - TERESINA / PI DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO - Proc: 0815717-48.2019.8.18.0140 | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA  RÚBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO  Milton César Camelo de Macedo Agente de Correios-Carteiro Mat. 8.527.820-3 |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | DATA DE ENTREGA | |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | Nº DOC. DE IDENTIDADE | |

AO REMETENTE

1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO PERITO

(Conforme Provimento 20/2014 da CGJ/PI)

QUALIFICAÇÃO DO PERITO: Nome: Miguel Ângelo Gonçalves Reis Filho
Endereço: Rua Domingos Cordeiro, 1919, Casa 06, Horto Florestal, TERESINA/PI.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do perito acima qualificado(a) a fim de que informe se aceita ou não o encargo, ficando esclarecido, desde já, que o valor da perícia é de R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos do convênio estabelecido entre o TJPI e a Seguradora Líder dos Consórcios.

CONTRAFÉ ELETRÔNICA

Comunico que tramita nesta **6ª Vara Cível da Comarca de Teresina** a Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) (Processo n.o 0815717-48.2019.8.18.0140) que tem como requerente AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO e como requerido REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>** :

Documentos associados ao processo

| Título | Tipo | Chave de acesso** |
|---|----------------------------|-----------------------------------|
| Petição Inicial | Petição Inicial | 1907011910147020 0000005279631 |
| FRANCINALDO LIMA MONTEIRO24042019_compressed | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 1907011910149550 0000005279734 |
| Certidão | Certidão | 1907101551350430 0000005371856 |
| Certidão | Certidão | 1907101551542640 0000005371857 |
| Despacho | Despacho | 1908192351317540 0000005756040 |
| Citação | Citação | 1909051439285260 0000005965563 |
| Comprovante | Comprovante | 1909261313237860 0000006222802 |
| Digitalizar_2019_09_26_13_14_19 _747 | Comprovante | 1909261313241330 0000006222804 |

| | | |
|---|--------------------------------------|-----------------------------------|
| CONTESTAÇÃO | CONTESTAÇÃO | 1910151118111990 0000006439041 |
| 2654974_CONTESTACAO_01 | CONTESTAÇÃO | 1910151118127330 0000006439064 |
| Anexo_01 | Documentos | 1910151118173670 0000006439073 |
| Anexo_02 | Documentos | 1910151118187590 0000006441427 |
| CARTA DE PREPOSTOS | Documentos | 1910151118198490 0000006441431 |
| SUBSTABELECIMENTO | PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS | 1910151118202280 0000006441641 |
| AVISO DE RECEBIMENTO | AVISO DE RECEBIMENTO | 1911061339071280 0000006750406 |
| Digitalizar_2019_11_06_13_28_03 _186 | AVISO DE RECEBIMENTO | 1911061339072940 0000006750412 |
| HABILITAÇÃO | Petição | 1911141721412580 0000006878698 |
| Certidão | Certidão | 1911191545369180 0000006924812 |
| Ato Ordinatório | Ato Ordinatório | 1911191547069840 0000006924825 |
| Intimação | Intimação | 1911191547069840 0000006924825 |
| réplica e pedido de perícia | Petição | 2001201816268320 0000007593874 |
| ADITIVO_CONVENIO_TJPI _LIDER | Documentos | 2001201816269730 0000007593875 |
| CONVÊNIO TJPI x SEG LÍDER | Documentos | 2001201816272120 0000007593876 |
| Certidão | Certidão | 2005032102418180 0000009045867 |
| Certidão | Certidão | 2005032102598810 0000009045868 |
| Despacho | Despacho | 2005071241462800 0000009073420 |
| Petição JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS | Petição | 2007212003332160 0000010336187 |
| 2654974_JUNTADA_HONORARIO S_PERICIAIS_01 | Petição | 2007212003333760 0000010336190 |
| 2654974_JUNTADA_HONORARIO S_PERICIAIS_Anexo_02 | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 2007212003335210 0000010336191 |

TERESINA-PI, 21 de outubro de 2020.

THYFANY THAYANY DA SILVA LIMA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina

Petição JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08157174820198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

TERESINA, 17 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI



| | | | | |
|----------------------------|--------------|----------------------|-------------------------|-----------------|
| N° DA PARCELA | | | N° DA CONTA JUDICIAL | |
| 0 | | | 3700116973899 | |
| DATA DO DEPÓSITO | | AGÊNCIA (PREF / DV) | | TIPO DE JUSTIÇA |
| 15/07/2020 | | 3791 | | ESTADUAL |
| DATA DA GUIA | N° DA GUIA | N° DO PROCESSO | TRIBUNAL | |
| 15/07/2020 | 2654974 | 08157174820198180140 | TRIBUNAL DE JUSTICA | |
| COMARCA | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| TERESINA | 6 VARA CIVEL | RÉU | 200,00 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| | | Jurídico | | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO | | Física | 03260639357 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | |
| 0406ECCA8D254F91 | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Nomeio perito o ortopedista, Dr. Miguel Ângelo Gonçalves Reis Filho, CRM-PI n.º 4369, com endereço na Rua Domingos Cordeiro, 1919, Casa 06, Horto Florestal, nesta cidade. Que a Secretaria intime o perito acima designado a fim de que informe se aceita ou não o encargo, ficando esclarecido, desde já, que o valor da perícia é de R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos do convênio estabelecido entre o TJPI e a Seguradora Líder dos Consórcios.
Cumpra-se.

TERESINA-PI, 5 de maio de 2020.

Édison Rogério Leitão Rodrigues
Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível da Comarca de Teresina

fm



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 3 de maio de 2020.

FERNANDA MARIA SANTOS PEREIRA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que consta manifestação da parte autora na petição de Id 7949114.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 3 de maio de 2020.

FERNANDA MARIA SANTOS PEREIRA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA- PI.

Processo nº 0815717-48.2019.8.18.0140

FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO, devidamente qualificado nos autos epigrafados, vem, perante Vossa Excelência, por seu procurador devidamente habilitado, apresentar réplica a CONTESTAÇÃO apresentada pela ré, para tanto expondo e requerendo o que segue:

Considerando o Convênio 69/2015 firmado entre o TJ/PI e a Seguradora Lider, publicado no DJ de 11/02/2016 (em anexo) e por motivo de celeridade e economia processual, tendo em vista o requerimento de perícia formulado por ambas as partes, e que sobre esta prova resta a controvérsia da ação, requerer a realização de perícia médica, a ser realizada por perito designado por este juízo, em local próprio do Fórum, custeada pela requerida no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme compromisso firmado por esta no Convênio.

Requer, portanto, seja intimada a requerida para depósito dos honorários e designado perito local por este juízo para realização da perícia, com intimação das partes para ciência da data designada.

DO INTERESSE DE AGIR

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, XXXV, que “A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma, o requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito legal.

Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida, **e quando pagam, não cumprem a legislação vigente. Logo, não está obrigado o requerente a receber valor inferior ao legal, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.**

DA CARÊNCIA DE AÇÃO X PLENA VALIDADE DO RELATÓRIO MÉDICO

Quanto aos elementos probatórios ora acostados (relatório médico específico), mister se torna apontar a sua inteira aplicabilidade no presente feito, conforme entendimento dos nossos Pretórios, senão vejamos, verbis:

“O laudo do IML não se mostra como o único instrumento capaz de aferir a invalidez permanente, podendo ser comprovada por outros documentos firmados por profissionais da saúde ou mediante realização de perícia médica.” (Apelação Cível - Sumário -n. -Três Lagoas -Rel. Des. Julizar Barbosa Trindade -j. 9.2.2010)

No mesmo sentido, o seguinte precedente:

“Segunda Turma Cível - Apelação Cível - Sumário - N. - Maracaju. Relator - Exmo. Sr. Des. Julizar Barbosa Trindade. Apelante - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Advogados - Lázaro José Gomes Júnior e outros. Apelada - Ana Carolina de Moraes Benatti. Advogados - Daniel José de Josilco e outros.

E M E N T A -APELAÇÃO CÍVEL -AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT -CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML -INVALIDEZ PERMANENTE -PERÍCIA NÃO PRODUZIDA - ÔNUS QUE INCUMBIA À SEGURADORA -INDENIZAÇÃO NO VALOR MÁXIMO -DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICAS - CORREÇÃO MONETÁRIA -RECURSO IMPROVIDO.

A lei que regulamentou o seguro obrigatório DPVAT não determina a apresentação do laudo do IML como prova do acidente e da lesão. Com a inversão do ônus da prova, deixando a seguradora de produzi-la, há de prevalecer a presunção de veracidade das alegações contidas na inicial. No caso do Seguro DPVAT, basta que esteja configurada a invalidez permanente da vítima, ainda que parcial, para fazer jus ao recebimento do benefício pelo seu valor máximo previsto em lei. Prevalecem as despesas médicas representadas por notas fiscais e recibos, se a seguradora não conseguiu desconstituir os dados ali constantes. Sendo estabelecida a indenização em valor vigente à época do acidente, é também daquele momento o termo inicial para incidência da correção monetária.

A C Ó R D Ã O - Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os juízes da Segunda Turma Cível do Tribunal de Justiça, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade negar provimento ao recurso. Campo Grande, 20 de abril de 2010. Des. Julizar Barbosa Trindade -Relator“

DA PREVISÃO LEGAL

Sucedendo que, a invalidez permanente sofrida pelo requerente gerou para este o direito de receber o SEGURO DPVAT, na importância equivalente a até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme plasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela Lei 11.482/07:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

Nesse contexto, a MP nº 451/08 convertida na Lei 11.945/09, em seu artigo 31, acrescentou ao art. 3º acima transcrito, “verbis”:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste

artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que **não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta**, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura. (grifamos)

No caso em tela, e conforme demonstrado, o Requerente vem por meio deste, requerer os valores devidos do Seguro DPVAT.

Ora, Excelência, verifica-se claramente a obrigatoriedade de pagamento do Seguro DPVAT, uma vez que o autor sofreu **graves lesões no braço direito, RESULTANDO EM DEBILIDADE PERMANENTE (limitação funcional) NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO.**

DO PEDIDO

“Ex positis”, o autor reitera os pedidos formulados na inicial, requerendo o pagamento do seguro, inclusive perícia médica custeada pela requerida (quesitos na inicial), para que ao final seja julgada **PROCEDENTE** a presente Ação de Cobrança em todos os seus termos, condenando-se a requerida a pagar a importância apurada após a realização de exame pericial judicial, referente à indenização por invalidez permanente, oriunda do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, acrescidos de juros, correção monetária, custas e honorários advocatícios e demais incidências.

Termos em que,

Pede deferimento.

Teresina/PI, em 20 de janeiro de 2020

Gustavo Henrique Macêdo de Sales

OAB/PI nº 6.919



Termo Aditivo Nº 20/2018 - PJPI/TJPI/SGC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 69/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E A SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ-TJPI, inscrito no CNPJ sob nº 06.981.344/0001-05, com sede na Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/N, Centro Cívico, em Teresina, capital do Estado do Piauí, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Desembargador **ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES** e a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, cidade do Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20031-205, doravante denominado **CONVENIADO**, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES** e Diretor Jurídico **HÉLIO BITTON RODRIGUES**.

Considerando a necessidade de manutenção da cooperação técnica entre os partícipes, objetivando o estabelecimento das bases de cooperação com vistas a realização de perícias médicas em ações envolvendo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT;

Considerando outrossim, as deliberações emanadas nos autos do Processo SEI nº 17.0.000028364-9, objetivando a renovação do convênio;

RESOLVEM ADITAR o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 69/2015, para fazer constar o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Este Aditivo tem por objeto prorrogar, por igual período, o prazo de vigência estabelecido pela Cáusula Quarta do Convênio nº 69/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio acima mencionado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO – A publicação do presente Termo será providenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, no Diário da Justiça, em conformidade com o que estabelece o parágrafo único do art. 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO - Fica eleito o foro de TERESINA, capital do Estado do Piauí, como competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente deste aditivo.

E estando as partes de pleno acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Teresina, 11 de fevereiro de 2018

Desembargador ERIVAN LOPES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
Diretor Presidente da Seguradora Lider

HÉLIO BITTON RODRIGUES
Diretor Jurídico da Seguradora Lider





Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XL - Nº 8426 Disponibilização: Quinta-feira, 3 de Maio de 2018 Publicação: Sexta-feira, 4 de Maio de 2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 25/2016 - TJ/PI PROCESSO SEI nº: 18.0.000017135-9 CONVENIENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí **CNPJ Nº:** 06.981.344/0001-05 **CONVENIADO:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ **CNPJ Nº:** 05.818.935/0001-01 **OBJETO:** a prorrogação do período de vigência do Convênio 25/2016, nos termos autorizados pelo art. 116, c/c art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 **VIGÊNCIA:** 01/06/2019 **DATA DA ASSINATURA:** 02/05/2018 **ASSINAM PELA CONVENIENTE:** Erivan José da Silva Lopes - Presidente do TJ-PIPELO **CONVENIADO:** Olavo Rebelo de Carvalho Filho - Presidente do TCE-PI.

5.2. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2017 - TJ/PI PROCESSO SEI nº: 18.0.000012657-4 CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí **CNPJ Nº:** 06.981.344/0001-05 **CONTRATADO:** Maria dos Remédios Pereira Rodrigues **CPF Nº:** 090.748.008-07 **OBJETO:** prorrogar o período de vigência do Contrato Administrativo nº 048/2017, que tem como objeto a locação de imóvel para funcionamento provisório do JECC de Pedro II, situado na Rua Sotero Nogueira Lima, nº 351, térreo, Centro de Pedro II - PI, registrado sob Nº 2.136, fls. 31, do Livro de Registro Geral - 2-J, na Comarca de Pedro II-PI. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a partir de 08 de maio de 2018 **VALOR:** R\$ 2.878,82 (dois mil oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos), referente ao reajuste de 0,64 (zero vírgula sessenta e quatro por cento) do IGP-M do mês de março de 2018, sobre o valor original contratado. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:** Unidade Orçamentária: 040101 - Tribunal de Justiça; FONTE: 18- Recursos dos Fundos Especiais; Ação Orçamentária: 2083- Custeio Administrativo de 1º Grau; Classificação Funcional Programática: 02.061.0081.2083; Natureza da Despesa: 339036 - Serviços de Terceiros PF **DATA DA ASSINATURA:** 02/05/2018 **ASSINAM PELO CONTRATANTE:** Erivan José da Silva Lopes - Presidente do TJ-PI e **CONTRATADO:** Maria dos Remédios Pereira Rodrigues - Proprietária do imóvel.

5.3. EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 69/2015-TJ/PI PROCESSO SEI nº: 17.0.000028364-9 CONVENIENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí **CNPJ Nº:** 06.981.344/0001-05 **CONVENIADO:** SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT **CNPJ Nº:** 09.248.608/0001-04 **OBJETO:** prorrogar, por igual período, o prazo de vigência estabelecido pela Cáusula Quarta do Convênio nº 69/2015 **DATA DA ASSINATURA:** 11/02/2018 **ASSINAM PELA CONVENIENTE:** Erivan José da Silva Lopes - Presidente do TJ-PIPELO **CONVENIADO:** José Ismar Alves Tórres- Diretor Presidente da Empresa e Hélio Bitton Rodrigues - Diretor Jurídico da Empresa.

5.4. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2015- TJ/PI PROCESSO SEI nº: 17.0.000014277-8 CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí **CNPJ Nº:** 06.981.344/0001-05 **CONTRATADO:** SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA **CNPJ Nº:** 10.013.974/0001-63 **OBJETO:** a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato nº 038/2015, nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e no previsto na CLÁUSULA QUARTA- DA VIGÊNCIA, do Contrato nº 038/2015. O presente aditivo tem, ainda, por objeto, a modificação do item 9.5 da Cláusula Nona do Contrato nº 038/2015, que versa sobre as regras de pagamento, a fim de adequá-la à nova IN TCE/PI nº 02/2017. Tem, por fim, RESSALVAR O DIREITO DE REPACTUAÇÃO dos preços do Contrato n. 038/2015, nos termos do inciso III, do art. 55 da Lei n. 8.666/93 e no previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato n. 038/2015. **VIGÊNCIA:** 06 de maio de 2018 a 06 de maio de 2019 **VALOR:** R\$ 51.876,24 (cinquenta e um mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos) **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:** Unidade Orçamentária: 040101 - Tribunal de Justiça; FONTE: 18 - Recursos de Fundos Especiais; Ação Orçamentária: 2083 - Custeio Administrativo de 1º Grau; Classificação Funcional Programática: 0206100812083; Natureza da Despesa: 339037 - Locação de Mão de Obra **DATA DA ASSINATURA:** 03/05/2018 **ASSINAM PELO CONTRATANTE:** Erivan José da Silva Lopes - Presidente do TJ-PI e **CONTRATADO:** Daniela Roberta Duarte da Cunha - Representante Legal da Empresa.

6. PAUTA DE JULGAMENTO

6.1. 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL - 09/05/2018

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª Câmara Especializada Criminal

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária da 1ª Câmara Especializada Criminal a ser realizada no dia **09 de maio de 2018**, a partir das **9:00 horas**. Os eventuais processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.

01. 2017.0001.009576-0 - Apelação Criminal Publicado em 23-03-2018

Origem: Teresina / 4ª Vara Criminal **ADIADO**

1º Apelante: PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE SOUSA e outro **Publicado em 06-04-2018**

Defensora Pública: Norma Brandão L. Machado Dantas **ADIADO**

2º Apelante: ADRIANO LOPES MONTEIRO

Defensor Público: José Welington de Andrade

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura

02. 2016.0001.006076-4 - Apelação Criminal Publicado em 06-04-2018

Origem: Floriano / 1ª Vara **ADIADO**

Apelante: GENIVAL JOAQUIM DE MOURA

Advogado: João Gonçalves Alexandrino Neto (OAB/PI nº 1.784)

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Pedro de Alcântara Macêdo

03. 2015.0001.007579-9 - Apelação Criminal Publicado em 13-04-2018

Origem: Inhumas / Vara Única **ADIADO**

Apelante: RAFAEL LEAL SANTOS

Advogado: Nélio Natalino Fontes Gomes Rodrigues (OAB/PI nº 9.228)

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura

04. 2015.0001.002531-0 - Apelação Criminal Publicado em 13-04-2018

Origem: Teresina / 7ª Vara Criminal **ADIADO**

Apelantes: FRANCISCO JOSÉ SANTOS DE DEUS, VAGNER CASTRO E JOCIEL LIMA DA SILVA

Defensora Pública: Norma Brandão de Lavenere Machado Dantas

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura

05. 2015.0001.007731-0 - Apelação Criminal Publicado em 13-04-2018



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XXXVIII - Nº 7913 Disponibilização: Sexta-feira, 5 de Fevereiro de 2016 Publicação: Quinta-feira, 11 de Fevereiro de 2016

| | |
|----------------------------------|--------------------------|
| LUIS OTAVIO ALVES FREITAS | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| AMANCIO MACHADO JUNIOR | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| RUTE EMANUELLE GOMES DE SOUSA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| TARCILA ARAGÃO CORREIA LIMA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| BRUNA GALVAO DA FONSECA OLIVEIRA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |
| GARDENIA AGUIAR MOTA | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TJPI |

ANEXO II:

SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ CEDIDOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI:

| NOME DOS SERVIDORES | ÓRGÃO REQUISITANTE |
|---|---------------------------------------|
| ADRIANA CASTELO BRANCO LAGES REBELLO E CASTRO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ALBERONE ALMEIDA BORGES | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ALINE CRONENBERGER COSTA PIMENTEL | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ANA LEONOR DA ROCHA MOTA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| CLAUDIA MARIA BEZERRA GOMES NEIVA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ERNANI PIRES DE CARVALHO FILHO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| EVELINE MORAES DA FONSECA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ILANA PEREIRA MELO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| JOSE CARLOS DE MOURA PADUA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| KALINA RAQUEL MARQUES RAMEIRO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| MARA PAULENE DO ESPIRITO SANTO CARVALHO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| MARCOS ANTONIO R. DE S. ALMEIDA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| MARIA ZILDA FERREIRA BRANDÃO DE CARVALHO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| ROSANGELA DA SILVA OLIVEIRA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| SANDOVAL MARTINS DO LAGO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| SUZANE SANTOS PERES PARENTE DA SILVA | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |
| THIAGO BORGES LEAL | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ-ALEPI |

6.2. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2015, CELEBRADO ENTRE O TJ/PI E A EMPRESA SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA.

EXTRATO DE ADITIVO

REFERÊNCIA: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2015.

VINCULAÇÃO: Processo Administrativo nº 158944/2015.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ.

CONTRATADA: Empresa SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA.

CNPJ: 10.013.974/0001-63.

ESPÉCIE: Contrato Administrativo nº 04/2015 ? CLC/TJ/PI.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 004/2014-TJ/PI.

VALOR DO INSTRUMENTO ORIGINAL: Valor anual estimado de R\$ 22.234,96 (vinte e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) e o valor mensal de R\$ 2.021,36 (dois mil, vinte e um reais e trinta e seis centavos).

VALOR DO ADITIVO: Valor anual estimado de R\$ 26.037,72 (vinte e seis mil, trinta e sete reais e setenta e dois centavos) e o valor mensal de R\$ 2.169,81 (dois mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos).

OBJETO DO CONTRATO: Prestação continuada de serviços de Apoio Administrativo Área de Mensageiria, nas dependências das Unidades Administrativas que compõem o Poder Judiciário piauiense.

OBJETO DO ADITIVO: O presente aditivo tem por fim repactuar o valor originalmente estabelecido em contrato, em observância à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2015.

FONTES DE RECURSOS: Despesas para o 2º Grau: 3390-37; Descrição: Locação de mão de obra; Unidade Orçamentária: 040105 - FERMOJUPI; Projeto/Atividade: 2164; Fonte: 18; Classificação Funcional: 02061812164.

NOTA DE EMPENHO: 2º Grau: 2016NE00097 DATA: 11/01/2016.

DATA ASSINATURA/CONTRATO ORIGINAL: 03/02/2015/VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário da Justiça TJ-PI, iniciando em 09/02/2015.

DATA ASSINATURA/ADITAMENTO: 15/01/2016.

6.3. CONVÊNIO Nº 69/2015 CELEBRADO ENTRE O TJ/PI E A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

EXTRATO DE CONVÊNIO

REFERÊNCIA: Convênio nº 69/2015.

VINCULAÇÃO: Processo Administrativo nº 160157/2015.

CONVENIENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

CONVENIADO: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A.

CNPJ nº: 09.248.608/0001-04.

OBJETO: Constitui objeto do presente convênio o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de sua atuação, com vistas à realização de perícias médicas em ações envolvendo o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre ? DPVAT.

RECURSOS FINANCEIROS (PAGAMENTO): As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais), independente de seu resultado (constatação, ou não, da invalidez permanente da vítima periciada, com decisão de procedência, ou improcedência, da demanda).

VIGÊNCIA: O Convênio entrará em vigor a partir da data de sua publicação em Diário da Justiça Eletrônico e terá vigência pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

ASSINATURA: 30/11/2015.

6.4. SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2014, CELEBRADO ENTRE TJ/PI E L. B. F. SERVIÇOS GERAIS LTDA

EXTRATO DE ADITIVO REFERÊNCIA: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2014. VINCULAÇÃO: Processo Administrativo nº

149354/2014. CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. CONTRATADA: Empresa L. B. F. SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ nº:

10.306.331/0001-08. ESPÉCIE: Contrato Administrativo nº 15/2014. MODALIDADE: Pregão Eletrônico. VALOR DO INSTRUMENTO ORIGINAL:

O Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$ 5.940,00 (cinco mil, novecentos e quarenta reais), perfazendo um valor anual estimado



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Manifeste-se a parte autora sobre a contestação, no prazo de 15 dias.

TERESINA-PI, 19 de novembro de 2019.

LIANA MARIA SOUSA LIMA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE a contestação foi apresentada tempestivamente.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 19 de novembro de 2019.

LIANA MARIA SOUSA LIMA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

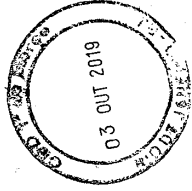

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

JUNTADA

Juntada de AR.

TERESINA-PI, 6 de novembro de 2019.

JOANA LUIZA DA SILVA NASCIMENTO
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina

| | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|
| Correios | | AVISO DE RECEBIMENTO | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA | |
| DESTINATÁRIO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. RUA SENADOR DANTAS, n 74, 5 ANDAR CENTRO 20031205 - RIO DE JANEIRO - RJ B1974294275BR | | TENTATIVAS DE ENTREGA: 1ª _____ 2ª _____ 3ª _____ | |  | |
| REMETENTE: 6ª VARA CIVEL ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: RUA GOVERNADOR TIBERIO NUNES, SIN., FORUM CIVEL E CRIMINAL 3º CABRAL 64000-924 - TERESINA / PI | | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Não existe o número <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Outros _____ | | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO Liane Wagner Santana Matr. 3.19.774-3 | |
| DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO - CARTA DE CITACÃO 0815717-48.2019.8.18 | | DATA DE ENTREGA 03 OUT 2019 | | Nº DOC. DE IDENTIDADE | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR  | | DATA DE ENTREGA 03 OUT 2019 | | Nº DOC. DE IDENTIDADE | |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR TIBERIO NUNES | | RG: 26.943.830-7 | | RG: 26.943.830-7 | |

Cole aqui

Cole aqui

...



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08157174820198180140

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **12/05/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **02/06/2017**.

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 05/10/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01606

CONTA: 000000100636-2

Nr. da Autenticação 69E845C20BC5E99B

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de 12/05/2017. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito sob o nº **1841/PI**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 3 de outubro de 2019.

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

| Danos Corporais Previstos na Lei | Total (100%) | Intensa (75%) | Média (50%) | Leve (25%) | Residual (10%) |
|---|---------------------|----------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | | | | | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | | | | | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | | | | | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | R\$ 9.450,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 6.750,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00 |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | R\$ 3.375,00 | R\$ 2.531,25 | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75 | R\$ 337,50 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 675,00 | R\$ 337,50 | R\$ 135,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | | | | | |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | | | | | |

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PI 10201, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita na OAB/PI sob o nº 1841 e **HERISON HELDER PORTELA PINTO**, inscrito na OAB/PI sob n.º 5367, ambos com escritório à RUA BARROSO, N.º 646 – CENTRO/NORTE – TERESINA/PI, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO**, em curso perante a 6ª **VARA CÍVEL** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 08157174820198180140.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

| | |
|------------------------|------------|
| DATA DA TRANSFERENCIA: | 05/10/2017 |
|------------------------|------------|

| |
|----------------------|
| NUMERO DO DOCUMENTO: |
|----------------------|

| | |
|--------------|----------|
| VALOR TOTAL: | 2.362,50 |
|--------------|----------|

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01606

CONTA: 000000100636-2

Nr. da Autenticação 69E845C20BC5E99B

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170501129 **Cidade:** Teresina **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO **Data do acidente:** 12/05/2017 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 25/09/2017

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA DE OMBRO

Resultados terapêuticos: A ESCLARECER

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: LAUDO INCONCLUSIVO

DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|-----------------------------|--|--|-----------|-----------------------|
| | | Total | 0 % | R\$ 0,00 |

PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

Nome do médico: REGINALDO WANIS

CRM do médico: 52.43685-6

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170501129 **Cidade:** Teresina **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO **Data do acidente:** 12/05/2017 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A

PARECER

Diagnóstico: Luxação acrómio clavicular direita grau V

Descrição do exame médico pericial: Ao exame vítima apresenta cicatriz no ombro direito, crepitação no ombro direito, perda de força e diminuição dos movimentos articulares do ombro com o braço direito com prejuízo da extensão do membro superior direito até a escápula contralateral.

Resultados terapêuticos: Submetido a tratamento com redução e cirúrgico com osteossíntese com fixação de 03 fios de kirschner. Refere que fez 40 sessões de fisioterapia e que já teve alta definitiva do tratamento médico.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do membro superior direito

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 29/09/2017

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Mauro Ricardo Ramos Bilibio

CRM do médico: 6373

UF do CRM do médico: MA

DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|---|--|--|-----------|-----------------------|
| Perda funcional completa de um dos membros superiores | 70 % | Em grau leve - 25 % | 17,5% | R\$ 2.362,50 |
| Total | | | 17,5 % | R\$ 2.362,50 |

PRESTADOR

ACE GESTÃO DE SAÚDE LTDA

Médico revisor: ROBERTO MARTINS ALBURQUERQUE

CRM do médico: 52.28426-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:

**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): **FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO** Sinistro: **3170501129** Data: **12/05/2017**

Endereço do(a) Examinado(a): **Rua Francisca de Sales Carvalho Veras, 3037, CASA - Santo Antônio - Teresina - PI - CEP 64029-160**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**SSP / PI**] **2.655.645**

Data local do exame: [**29/09/2017**] **Teresina** [**PI**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)
Luxação acrômio clavicular direita grau V. Ao exame vítima apresenta cicatriz no ombro direito, crepitação no ombro direito, perda de força e diminuição dos movimentos articulares do ombro com o braço direito com prejuízo da extensão do membro superior direito até a escápula contralateral.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(*))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.
Submetido a tratamento com redução e cirúrgico com osteossíntese com fixação de 03 fios de kirschner. Refere que fez 40 sessões de fisioterapia e que já teve alta definitiva do tratamento médico.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [**X**] Sim [] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Limitação funcional do membro superior direito

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em ____ dias

() "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

() "Exame não permite conclusão"

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

Membro superior direito

% do dano: () 10% residual (**X**) 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.



Mauro Ricardo Ramos Bilibio - CRM: 6373 - MA

Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 3170385491 - 1
Nome do(a) Examinado(a): FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO
Endereço do(a) Examinado(a): R. FRANCISCA DE SALES CARVALHO VERAS nº 3037 - SANTO ANTÔNIO - TERESINA/PI
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 2655645 - SSP
Data local do exame: 02/08/2017 TERESINA/PI

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR DIREITA

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

TRATAMENTO CIRURGICO, EM USO DE TIPOIA AMERICANA.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☐ SIM ☒ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☒ Vitima em tratamento

☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em 45 dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

REVISOR MANTÉM CONDUTA EM TRATAMENTO POR NÃO HAVER TEMPO HÁBIL PARA RESOLUÇÃO DAS LESÕES -

Local e data de realização do exame médico legal:

PI - TERESINA, 02/08/2017

Médico Perito: DORES MARIA BERNARDES CARNEIRO MENDES CRM:52.25889-0/RJ

Dra. Dore M. B. C. Mendes
Médica Perita
CRM-RJ 52 25889-0
Cadastro Nacional

Dore Mendes

Assinatura do perito Examinador - CRM



Comprovante de residência

**HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA**

NOME DO PACIENTE: Francisclides Lima Monteiro

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 443100

| |
|--|
| DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT |
| CONTEUDO NÃO VERIFICADO |
| 12 JUL 2011 |
| GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro - Noto CEP: 64.002470 |

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

PRESCRIÇÃO MÉDICA

PRESCRIÇÃO MÉDICA
DATA: 12/05/17 HORA: 44:30 P-1

HORÁRIO
44:30 P-1

OBSERVAÇÕES

NOME PACIENTE: Francisco L. Monteiro

| H. | PA | T. | P. | R. | DIURESE | GLICEMIA |
|----|--------|------|----|----|---------|----------|
| 12 | | | | | | |
| 18 | 120/80 | 36.6 | | | | 105 |
| 24 | 120/80 | | 66 | | | |
| 06 | 110/70 | | 59 | | | |

1. DIETA LIVRE
2. SG5% 500ML + SFO 9% 500ML EV EM 12h
3. DIPIRONA 2ML AD EV 6/6H SOS
4. TENOXICAM 20MG 1 AMP DIL EV 12/12H
5. TRAMADOL 100MG DIL EV 12/12H SOS
6. CCGG

Visto Nutricionista
Tatiana Dias CRN 774-44341

Dr. José Carlos L. Ribeiro
Otorrinolaringologista
CRM 224-1101-1283

Dr. S. D.

José Ferreira Neto
CRM 224-1101-1283
CPE: 090.327.373-68

17:45h Admissão no P.O. com queixa de dor abdominal, assintomático, evacuando. Exame físico: sem alterações. Com RCP PERÚO em MSB. NOBIA BLENDIA. Ocorrência de vômito. Admissão em UBS. Dr. José Carlos L. Ribeiro (CRM 224-1101-1283) COREN 274043

23:00 Paciente refere cefaleia administrado Dipirona conforme prescrição médica. Mary Bre. CEP: 693.210

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DIPAT
CONTÉUDO NÃO VERIFICADO
12 JUL 2017
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Osório de Resende, 455 Loja C
Centro - Fone: 66.606.770

Senhor 1205 2017 017

17.577.205/0015-32



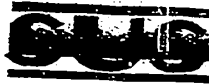
UPA RENASCENÇA

Rua Rio Verde, nº 2810

Renascença III - CEP: 64.082-110

Teresina - PI

Fundação Municipal de Saúde



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

| | | | |
|--|---------------------------|--|---------|
| Da Unidade | UPA | Para Unidade | HVT/HPM |
| Paciente | Francivaldo Lima Monteiro | Registro | |
| MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO | | | |
| Paciente refer ter sido vítima de acidente de trânsito e apresenta LAC (✓) | | | |
| HD. | LAC (✓) | Dr. Tércio Dantas Moura Ortopedia e Traumatologia CRM PI: 3824 | |
| Data | 12, 05, 17 | Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo | |

| | | | |
|---|-------------------------|---|--|
| DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT | | FICHA DE RETORNO | |
| Da Unidade | CONTEÚDO NÃO VERIFICADO | Para: | |
| | 12 JUL 2017 | | |
| GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro - Norte CEP: 64.002470 | | DIAGNÓSTICO | |
| | | Nemésio Martins de Castro Neto Médico: 70851 SAMSUS Compare com Original | |
| Data | / / | Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo | |

229



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02



Imp: 12/05/2017 17:20:39

(User: CAMILA NORBERTA)

(Estação: RECEP04)

BOLETIM DE ENTRADA - BE

DADOS DO PACIENTE:

| | | | | | |
|---------------|---|--------|------------|----------------------------|-----------------------|
| Nome: | FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO | | | Prontuário: | 443100 |
| Mãe: | MARIA DIVA LIMA MONTEIRO | | Pai: | ROSSIVALDO DUARTE MONTEIRO | |
| End. Resid.: | RUA GENES CELESTIAL 1755 - PLANALTO ININGA - TERESINA - PI - CEP: 64000-010 | | | | |
| Nascimento: | 20/02/1988 | Idade: | 29a:3m:22d | Sexo: | Masculino |
| Responsável: | LUANA MAGNA | | | CNS: | 706004872922046 |
| Profissão: | AJUDANTE DE PEDREIRO | | | CPF: | * RG: 2655645 - SSPPI |
| G. Instrução: | Médio Completo | | | E. Civil: | Casado(a) |
| End. Local.: | | | | | |

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | | | | | | |
|--------------------|--|------------|---------------------|-----------|------------------------------------|-----------------|------|
| Código: | 606858 | Data: | 12/05/2017 17:18:19 | Condução: | AMBULÂNCIA QUALQUER (DESTA CIDADE) | | |
| Motivo da Procura: | ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) | | | | Convênio: | S U S | |
| id. Trab.: | Sim | Trajetos?: | Sim | Típico: | Não | CID Secundário: | V299 |

DADOS CLÍNICOS:

| | | |
|---------------------------|--------------------|--|
| DEPARTAMENTO DE SINISTRO: | Trombose em Veia D | |
| DPVAT | Por Veia D. | |
| CONTEÚDO NÃO VERIFICADO: | | |
| 12 JUL 2017 | | |

| | | | | |
|----------------------------------|------------|-----|-----|--------|
| GENTE SEGURADORA S.A. | Pulso: | FC: | bpm | Temp.: |
| Rua Coelho de Resende 465 Loja C | | | | |
| Diagnóstico Inicial: | LAC V | | | |
| Centro - Norte CEP: 64.002470 | CID: 543.1 | | | |

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

| | | |
|---------------------------|-------------------------|--|
| DEPARTAMENTO DE SINISTRO: | LAC V | |
| DPVAT | Intervenção p/ trombose | |
| CONTEÚDO NÃO VERIFICADO: | Intervenção p/ trombose | |

| | | | |
|----------------------------------|---------------------------|---------------------|------------------------------|
| 12 JUL 2017 | () Melhorado | () Administrativa | () Retornar à Unid. Origem: |
| () Curado | () Por Indisciplina | () Por Evasão | () Transferência: |
| ALTA: GENTE SEGURADORA S.A. | Confere com Original | | |
| Rua Coelho de Resende 465 Loja C | DATA SAÍDA: / / | | |
| Centro - Norte CEP: 64.002470 | HORA: : | | |
| DESTINO: | () Internação na Unidade | | |
| () Até 24 Hs | () Família | Proced. Solicitado: | |
| () De 24 a 48 Hs | () IML | CID Compatível: | |
| () Após 48 Hs | () Anat. Patol. | 0408010 185 | |
| | | Prof. Solicitante | |
| | | Internação: | |

Assinatura Paciente ou Responsável

Carimbo- Assinatura - Profissional - BE



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA

MÉDICA

Josiane

| | | | | | |
|----------------------------------|------------|---------------|----------------------------------|--------------|-------|
| NOME DO PACIENTE | PRONTUÁRIO | D. NASCIMENTO | CLÍNICA | ENF. ou APT. | LEITO |
| Juan Carlos Almeida | | | Ortop. | 229 | 218 |
| DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES | ALERGIAS | | MÉDICO ASSISTENTE/ ESPECIALIDADE | | |
| LAC (V/D) 292 | | | | | |
| PRESCRIÇÃO MÉDICA | HORÁRIO | | OBSERVAÇÕES | | |
| DATA: 01/12/17 HORA: 13:1 | | | | | |
| ① 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ② 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ③ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ④ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑤ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑥ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑦ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑧ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑨ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑩ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑪ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑫ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑬ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑭ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑮ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑯ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑰ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑱ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑲ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ⑳ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉑ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉒ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉓ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉔ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉕ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉖ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉗ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉘ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉙ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉚ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉛ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉜ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉝ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉞ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㉟ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊱ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊲ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊳ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊴ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊵ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊶ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊷ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊸ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊹ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊺ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊻ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊼ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊽ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊾ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |
| ㊿ 2.000 mg - 2.000 mg - 2.000 mg | | | | | |

MÉDICO/CRM:

Jose Ferreira Neto
CRM: 12.121/08

GENITE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 455 Loja C
Curitiba, Norte CE 64.002470

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

12 JUL 2017

MOD-07



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente

Diagnóstico pré-operatório

LAC fratura III

Operação - Tipo

Redução e fixação LAC

Cirurgião

Dr. Hugo Sol

1º Assistente

Dr. Frederico

2º Assistente

3º Assistente

Instrumentador(a)

Anestesista

Anestesia

Anestésico(a)

Data da Operação

Início

Fim

Diagnóstico Pós-operatório

O MESMO

DEPARTAMENTO DE SINISTROS

DPVAT

CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

12 JUL 2017

Relatório Imediato do Patologista

Ø

GENTE SEGURADORA S.A.

Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470

Acidente Durante a Operação

Ø

Nemésio Martins de Castro Neto
Matrícula: 10791
SAM-AMT
Conteúdo com Original

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

1. ID em posição prona
2. Posição lateral
3. Redução da LAC
4. Fixação
5. Lavagem

Dr. Hugo José Sales
Ortopedia e Traumatologia
da Coluna Vertebral
CRM 36341 E-OT 12672

Mod. 76 HUT

FOLHA DE ANESTESIA



| NOME DO PACIENTE | | UNIDADE DE SAÚDE | | | | | Nº DE REGISTRO | |
|-----------------------------------|---------------|------------------|----------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------------------------|--|
| Francivaldo Lima Monteiro | | HUT | | | | | | |
| DATA: 17.05.17 | P. ARTERIAL | PULSO | RESPIRAÇÃO | TEMPERATURA | PESO | ALTURA | | |
| EXAMES DE SANGUE | GR. SANGÜÍNEO | HEMATIMETRIA | HEMOGLOBINEMIA | HEMATOCRITOS | GLICEMIA | DOS. URÉIA | | |
| EXAMES DE URINA | | | | | | | | |
| FUNÇÃO RESPIRATÓRIA: ASA 1 | | | | | | | | |
| SISTEMA CIRCULATÓRIO: Hipertensão | | | | | ELETROCARDIOGRAMA | | | |
| SISTEMA RESPIRATÓRIO: 8 dias | | | | | ASMA | | BRONQUITE | |
| SISTEMA DIGESTIVO | | | | SISTEMA URINÁRIO | | | | |
| ESTADO MENTAL | | | | CORTICOIDES | | ATARAXICOS OUTROS | | |
| DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO | | | | | FÍSICOS | | | |
| PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES) | | | | APLICADO AS | | EFEITOS | | |
| AGENTES ANESTÉSICOS | OXIGÊNIO | | | | | | TOTAL DE DOSES | |
| | 1 | | | | | | | |
| | 2 | | | | | | | |
| | 3 | | | | | | | |
| LÍQUIDOS | SO-UTO 500 | | | | | | | |
| | 400 | | | | | | | |
| | SANGUE 300 | | | | | | | |
| | 200 | | | | | | | |
| | OUTROS 100 | | | | | | | |
| TEMPERATURA | Cº | 260 | | | | | | |
| | | 240 | | | | | | |
| | | 2 | | | | | | |
| P. ARTERIAL | 38 | 200 | | | | | | |
| V O | | 180 | | | | | | |
| PULSO | | 160 | | | | | | |
| | | 1 | | | | | | |
| | | 140 | | | | | | |
| INÍCIO E FIM ANESTESIA | | 120 | | | | | | |
| X | | 100 | | | | | | |
| | | 80 | | | | | | |
| INÍCIO E FIM OPERAÇÃO | | 60 | | | | | | |
| | | 40 | | | | | | |
| RESPIRAÇÃO | | 20 | | | | | | |
| O | | 10 | | | | | | |
| SÍMBOLOS | | | | | | | SEQUÊNCIA | |
| | | | | | | | 1. Monitoriz | |
| | | | | | | | 2. Zereclon 100 | |
| | | | | | | | 3. mve | |
| | | | | | | | 4. BPB 50 | |
| | | | | | | | 5. Cefaz 30 | |
| | | | | | | | 6. Dene 100 | |
| | | | | | | | 7. Dene 100 | |
| | | | | | | | 8. Dene 100 | |
| | | | | | | | 9. Dene 100 | |
| | | | | | | | 10. Dene 100 | |
| | | | | | | | 11. | |
| | | | | | | | 12. | |
| | | | | | | | 13. | |
| | | | | | | | 14. | |
| | | | | | | | 15. | |
| TÉCNICAS | | BPB 50 | | | | | DURAÇÃO | |
| OPERAÇÕES | | LAL | | | | | INCIDENTE - ACIDENTE | |
| CIRURGIÕES | | Hugo | | | | | φ | |
| ANESTESISTAS | | Lena | | | | | Nemésio Martins de Castro Neto | |
| | | | | | | | Residência: 70591 | |
| | | | | | | | SAM 3 - HUT | |
| | | | | | | | Confere com Original | |
| | | | | | | | CONDIÇÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS | |
| | | | | | | | Bow | |
| PARTICULARIDADES | | | | | | | | |

MOD 76 - HUT



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fis. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

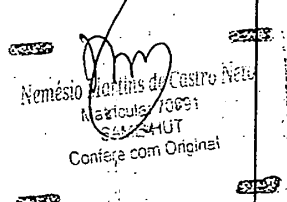
BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 15/05/17

| | | |
|--|-------------------|---------------------------------|
| NOME DO PACIENTE: <u>Francinaldo Lima Monteiro</u> | | PROFISSIONÁRIO Nº: _____ |
| DIAGNÓSTICO: _____ | CIRURGIA: _____ | |
| ANESTESIA: _____ | Nº DA SALA: _____ | DEPARTAMENTO DE SINISTRO: _____ |
| CIRURGIÃO: _____ | CPF Nº: _____ | DPVAT _____ |
| AUXILIAR: _____ | CPF Nº: _____ | CONTEÚDO NÃO VERIFICADO |
| ANESTESIA: _____ | CPF Nº: _____ | 12 JUL 2017 |
| INSTRUMENTADORA: <u>Claudiane</u> | CPF Nº: _____ | GENTE SEGURADORA S.A. |

MATERIAL DE CONSUMO

Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte - CEP: 64.002470

| DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO |
|-------------------------|-------|--------|-------|--|--------|--------|-------|
| AGULHA 25X8 | UNID. | 02 | | LÂMINA DE BISTURI 24 | UNID. | 01 | |
| AGULHA 30X8 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 8.0 | PAR | 02 | |
| AGULHA 40X12 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 6.5 | PAR | 02 | |
| AGULHA RAQUE | UNID. | | | LUVA DE PROCEDIMENTO | PAR | 03 | |
| ALCOOL 70% | ML | 200 | | PVPI DE GERMANTE | ML | 100 | |
| ALGODÃO | BOLA | 02 | | PVPI TÓPICO | ML | 50 | |
| ÁGUA OXIGENADA | ML | 100 | | PVPI TINTURA | ML | | |
| COMPRESSA | PAC. | 03 | | SERINGA 20CC | UNID. | 02 | |
| EQUIPO MACRO- GOTA | UNID. | 01 | | SERINGA 10CC | UNID. | 02 | |
| ESPARADRAPO | CM | 60 | | SERINGA 5CC | UNID. | 01 | |
| ESCALPE Nº | UNID. | | | SERINGA 3CC | UNID. | | |
| FORMOL | ML | | | SORO FISIOLÓGICO | FRASCO | 01 | |
| GASES | PAC. | 03 | | SONDA URETRAL | UNID. | | |
| JELCO Nº 20 | UNID. | 01 | | <u>Coléter Oculor</u> | 11 | | |
| FIOS | UNID. | QUANT. | PREÇO | OCORRÊNCIA | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES C/AG | | | |  | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES S/AG. | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO C/AG | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO S/AG | | | | | | | |
| ALCOFIL | | | | | | | |
| MONONYLON | | | | | | | |
| FITA UMBILICAL | | | | ENFERMARIA: | | | |
| VICRYL | | | | CIRCULANTE: | | | |
| PROLENE | | | | | | | |

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 2.655.645 DATA DE EXPEDICÃO 03.12.03

NOME FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

FILIAÇÃO ROSSIVALDO DUARTE MONTEIRO
MARIA DÍVA LIMA MONTEIRO

TERESINA-PI 20.02.1988

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

NASCIMENTO Nº 91.527 Liv. 224 fls. 366

DOC. ORIGEM exp. Teresina-PI 4.3.03.91

CPF

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT

CONTEUDO NÃO VERIFICADO

12 JUL 2017

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE DEUS MARTINS

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular: Francivaldo Lima Monteiro

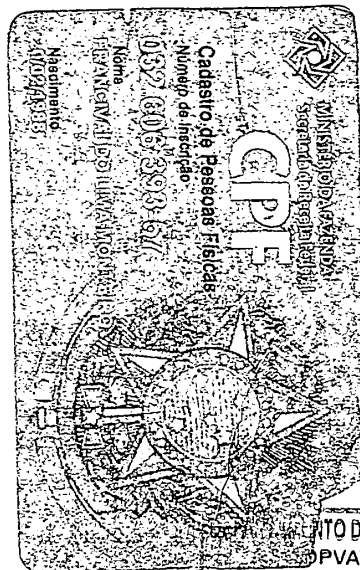
CARTEIRA DE IDENTIDADE

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT

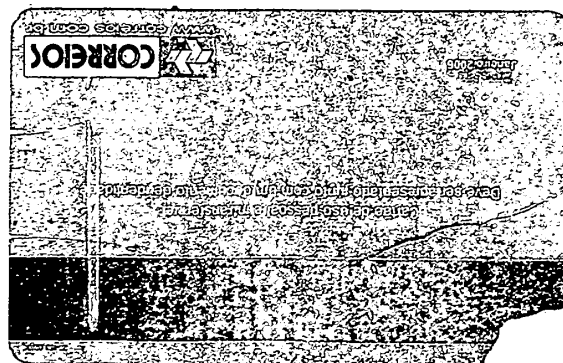
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

12 JUL 2017

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470



| |
|---|
| INSTITUTO DE SINISTROS OPVAT |
| CONTEUDO NÃO VERIFICADO |
| 12 JUL 2017 |
| GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro - Norte CEP: 64.002470 |



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS

0012

Comprovante de residência

Francisca Alane Fernandes do Nascimento

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
12 JUL 2017
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Niterói - RJ - CEP: 24024-700

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.731.866 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/07/05

NOME FRANCISCA ALANE FERNANDES DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO RAIMUNDA FERNANDES DO NASCIMENTO
RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 22/09/1990

DOC ORIGEM CERT. NASC. 185584-L 214 F 423
EXP TERESINA-PI-26/11/90

CPF

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
12 JUL 2017
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470



Documento de Identificação

| REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES | | | |
|--|----------------------|--------------------|-------------------|
| 011701076178402 | | Nº 013198707756 | |
| DETTRAN - MA CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO | | | |
| VIA | COD. RENAVAM | R.N.T.R.C. | EXERCÍCIO |
| 01 | 1076178402 | | 2017 |
| NOME | | | |
| JOAO DIAS DOS SANTOS | | | |
| CPF / CNPJ | | | |
| 433.332.143-34 | | | |
| PLACA | | | |
| PBK9054 | | | |
| PLACA ANT./UF | | | |
| V. NOVO | | | |
| TEC2KC1680FR202937 | | | |
| ESPECIE/TIPO | | | |
| PAS/MOTOCICLETA | | | |
| COMBUSTIVEL | | | |
| ALCOOL | | | |
| MARCA/MODELO | | | |
| HONDA/CG150 FAN ESD1 | | | |
| CAP / POT / CIL | CATEGORIA | ANO FAB. | ANO MOD. |
| 00002P/0149 CI | PARTICU | 2015 | 2015 |
| COTA UNICA | VENC. COTA UNICA | VENC. COTAS | |
| | 10/03/17 | 1º 00000000 | |
| FAIXA / PVA | PARCELAMENTO / COTAS | 2º 00000000 | |
| A-01 | 0,00 | 3º 00000000 | |
| PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) | IDF (R\$) | PRÊMIO TOTAL (R\$) | DATA DE PAGAMENTO |
| 180,65 | 0,70 | 185,50 | 11/04/17 |
| OBS: 016EBF202937 | | | |
| AF - ADN CONS NAC HONDA LTOA TORIO | | | |
| TITON-MA | | | |
| DATA: 11/04/2017 | | | |

| SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NA OBRIGACAO DE SEGURO DPVAT | | | |
|--|----------------------|-----------------------|--|
| MA Nº 013198707756 - BILHETE DE SEGURO DPVAT | | | |
| ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA | | | |
| www.seguradoralider.com.br | | | |
| SAC DPVAT 0800 022 1204 | | | |
| VIA | CPF / CNPJ | PLACA | |
| 01 | 433.332.143-34 | PBK9054 | |
| RENAVAM | MARCA / MODELO | CHASSI | |
| 1076178402 | HONDA/CG150 FAN ESD1 | 9C2KC1680FR202937 | |
| ANO FAB. | EXERCÍCIO | DATA EMISSÃO | |
| 2015 | 09 | 11/04/2017 | |
| PRÊMIO TARIFÁRIO | | | |
| R\$ (R\$) | DETRAN (R\$) | CUSTO DO SEGURO (R\$) | |
| 81,29 | 9,03 | 90,33 | |
| CUSTO DO BILHETE (R\$) | | | |
| 4,15 | 0,70 | 185,50 | |
| PAGAMENTO | | | |
| X COTA UNICA | PARCELADO | DATA DE QUITACAO | |
| | | 11/04/17 | |
| SEGURADORA LIDER - DPVAT | | | |
| CNPJ 08.248.600/0001-04 | | | |
| 0000992 DA 001 00947 | | | |

AGENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende 465 Loja C
Centro - Norm CE - 64.002.770

12 JUL 2017

CONTÉUDO NÃO VERIFICADO

DPVAT



013198707756
RECIBO MA Nº

RECEBI O CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENÇA.

FSK9054

CÓD. RENAVAM
1076178402

ASSINATURA

PESSOAS
TITULARES DE
A PESSOAS

PESSOAS
RES DE VIA
A PESSOAS

EM TODO O
MOTORISTAS,
CURA: MORTE,
E DESPESAS
RES (DAMN),
TRÂNSITO OU
DOCUMENTAÇÃO
O EM UM DOS
CONSULTE-OS
VER DÚVIDAS

ATIVIDADE E
VARA PEDIDO

DAMN (3)
R\$ 2.700,00

IA EXPEDIDO
CERTIDÃO DE
REGISTRO DA
A QUALIDADE
IDR).

OCORRÊNCIA
TENTE, COPA
TAM, ELAÇO
MODULO, A
IA, COM A
ODAS LEZES
PROD COM OS
INDO DA LEI

IA MÉDICA E
CORRÊNCIA
CONPRETENTE,
ITALIAN, OU
QUE QUE AS
DAS POSSAM
E DANOS
INVOLVENDO
E, COPA DA
TICA, CONTA
ITALIAN, OU
VIJACÃO DE
AS E TAGAS
SUTILIZADOS
PREÇOS POR
MEDICOS E
CORRIDAOS
AS, FATURAS
PROVANDO O
IS, MEDICOS
VITIMA, OU
MÉDICO OU
ESPIRITUAL,
RVA, NÚMERO
DO SERVIÇO
PRESTADO O
FOTOCOPIADO
EM GERAL.

PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS
COMPLEMENTARES, NOS TERMOS DO ANEXO A
RESOLUÇÃO CNSP Nº 273/2012

IMPORTANTE:

NÃO É NECESSÁRIO ADQUIRIR, DESPESANTE OU
QUALQUER INTERMEDIÁRIO IPVA, OMP ENTRADA NO
PEDIDO DE INDENIZAÇÃO OU ACOMPANHAR O
ANDAMENTO DO PROCESSO

O REEMBOLSO DE DAMN - DESPESAS DE ASSISTÊNCIA
MÉDICA E SUPLEMENTARES, ESTÁ LIMITADO A VALORES
DEFINIDOS EM TABELA QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO
ART. 18 DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273/2012

PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO OU
REEMBOLSO TRATA DA A PRESENTAÇÃO DA
DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

A INDENIZAÇÃO SERÁ PAGA COM BASE NO VALOR
VIGENTE NA DATA DA OCORRÊNCIA DO SINISTRO

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O SEGURO DPVAT É OBRIGATÓRIO PARA TODOS OS
PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS, DE ACORDO COM A LEI Nº
6.194/1974, SENDO PARTE INTEGRANTE DO
LICENCIAMENTO ANUAL DE VEÍCULOS

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO SEGURO: DE 01 DE JANEIRO
A 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE ESTE
BILHETE

O SEGURO DPVAT DEVE SER PAGO JUNTAMENTE COM A
PRIMEIRA COTA OU COM A ÚNICA COTA DO NIPITO
DE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA,
CASO SEJA FEITA A OPÇÃO PELO PARCELAMENTO, O
VENCIMENTO TAMBÉM ESTARÁ ATRELADO AO
PAGAMENTO DAS PARCELAS DO IPVA, OS VENCIMENTOS
DO NIPITO E DO SEGURO OCORREM SEMPRE NA
MESMA DATA

O VEÍCULO NÃO ESTARÁ DEVIDAMENTE LICENCIADO SE
O SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO FOR PAGO (RESOLUÇÃO
CONTRAN Nº 66/41/08)

50% DO VALOR DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO
PODE SER DESTINADO PARA:

1- FUND. NACIONAL DE SAÚDE - FNS, DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA
MÉDICA-HOSPITALAR AS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE
TRÂNSITO (ART. 27 DA LEI Nº 21.217/1991)

2- FUND. NACIONAL DE TRÂNSITO - FNT, DO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO -
DENATRAN, PARA APLICAÇÃO EM PROGRAMAS
DESTINADOS À PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO
(PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 78 DA LEI Nº 9.503/1997 -
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO)



ATENDIMENTO AO PÚBLICO
SAC DPVAT 0800 022 1204
www.susep.gov.br

Informações sobre o seguro DPVAT, pedidos de
indenização e reembolso, andamento de solicitações,
local de atendimento, documentação necessária, prazos
e demais dúvidas.

SUSEP
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS -
AUTORIDADE FEDERAL RESPONSÁVEL PELA REGULAÇÃO,
NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DOS MERCADOS DE
SEGURO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA, CAPITALIZAÇÃO,
RESEGURO E CORRETORES DE SEGUROS

DISQUE SUSEP
0800 021 8484
www.susep.gov.br

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SEGURO OBRIGATÓRIO

IPVA - 1ª COTA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

IPVA - 2ª COTA

IPVA - 3ª COTA OU COTA ÚNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

MULTAS DE TRÂNSITO

ENCARGOS DO DETRAN

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



Comprovante de residência

**HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA**

NOME DO PACIENTE: Francisclides Lima Monteiro

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 443100

| |
|--|
| DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT |
| CONTEUDO NÃO VERIFICADO |
| 12 JUL 2011 |
| GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro - Noto CEP: 64.002470 |

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".

PRESCRIÇÃO MÉDICA

MOD. 007 – HJ11

Senhor 1205 2017 017

17.577.205/0015-32



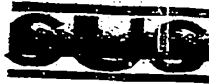
UPA RENASCENÇA

Rua Rio Verde, nº 2810

Renascença III - CEP: 64.082-110

Teresina - PI

Fundação Municipal de Saúde



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

FICHA DE ENCAMINHAMENTO

| | | | |
|--|---------------------------|--|---------|
| Da Unidade | UPA | Para Unidade | HVT/HPM |
| Paciente | Francivaldo Lima Monteiro | Registro | |
| MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO | | | |
| Paciente refer ter sido vítima de acidente de trânsito e apresenta LAC (✓) | | | |
| HD. | LAC (✓) | Dr. Tércio Dantas Moura Ortopedia e Traumatologia CRM PI: 3824 | |
| Data | 12, 05, 17 | Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo | |

| | | | |
|---|-------------------------|---|--|
| DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT | | FICHA DE RETORNO | |
| Da Unidade | CONTEÚDO NÃO VERIFICADO | Para: | |
| | 12 JUL 2017 | | |
| GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro - Norte CEP: 64.002470 | | DIAGNÓSTICO | |
| | | Nemézio Martins de Castro Neto Médico: 70851 SAMSUS Compare com Original | |
| Data | / / | Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo | |

229



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
 Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
 TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02



Imp: 12/05/2017 17:20:59
 (User: CAMILA NORBERTA)
 (Estação: RECEP04)

BOLETIM DE ENTRADA - BE

DADOS DO PACIENTE:

| | | | |
|--|--------------------------|--|----------------------------|
| Nome: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO | | Prontuário: 443100 | |
| Mãe: MARIA DIVA LIMA MONTEIRO | | Pai: ROSSIVALDO DUARTE MONTEIRO | |
| End.Resid.: RUA GENES CELESTIAL 1755 - PLANALTO ININGA - TERESINA - PI - CEP: 64000-010 | | | |
| Nascimento: 20/02/1988 | Idade: 29a:3m:22d | Sexo: Masculino | Fone: 86-98801-1235 |
| Responsável: LUANA MAGNA | | CNS: 706004872922046 | |
| Profissão: AJUDANTE DE PEDREIRO | | CPF: * RG: 2655645 - SSPPI | |
| G. Instrução: Médio Completo | | E.Civil: Casado(a) | |
| End.Local.: - - - | | | |

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | |
|--|----------------------------------|---|
| Código: 606858 | Data: 12/05/2017 17:18:19 | Condução: AMBULÂNCIA QUALQUER (DESTA CIDADE) |
| Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) | | Convênio: S U S |
| id.Trab.: Sim | Trajetos?: Sim | Tipico: Não |
| | | CID Secundário: V299 |

DADOS CLÍNICOS:

| | |
|---|--|
| <p><i>Trauma em Asfalto</i></p> <p><i>por ser Asfalto</i></p> | |
| DEPARTAMENTO DE SINISTRO: | |
| DPVAT | |
| CONTEÚDO NÃO VERIFICADO: | |
| 12 JUL 2017 | |

| | | | |
|---|---------------------|----------------------|---------------------|
| GENTE SEGURODORA S.A. <small>Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Diagnóstico: Inicial Centro - Norte CEP: 64.002470</small> | Pulso: _____ | FC: _____ bpm | Temp.: _____ |
| <i>Exame de Auscultação - Clavícula de Asfalto</i> | | | CID: S43.1 |

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

| | |
|----------------------------------|--|
| <i>LAC V</i> | |
| DEPARTAMENTO DE SINISTRO: | |
| DPVAT | |
| CONTEÚDO NÃO VERIFICADO: | |
| 12 JUL 2017 | |

| | | |
|--|--|---|
| ALTA: GENTE SEGURODORA S.A. <small>Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro - Norte CEP: 64.002470</small> | <input type="checkbox"/> Melhorado <input type="checkbox"/> Curado <input type="checkbox"/> Administrativa <input type="checkbox"/> Por Indisciplina <input type="checkbox"/> Por Evasão | <input type="checkbox"/> Retornar à Unid. Origem: <input type="checkbox"/> Transferência: |
| | DATA SAÍDA: / / HORA: : | |
| DESTINO: <input type="checkbox"/> Até 24 Hs <input type="checkbox"/> De 24 a 48 Hs <input type="checkbox"/> Após 48 Hs | <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> IML <input type="checkbox"/> Anat. Patol. | <input type="checkbox"/> Internação na Unidade Proced. Solicitado: <i>S43.1</i> CID Compatível: <i>0408010 185</i> Prof. Solicitante Internação: |

Luana Magna
 Assinatura Paciente ou Responsável

Ortopedista L. B. Martins
 Ortopedista Traumatologista
 CRM-73144 RBO-11593

Carimbo- Assinatura - Profissional - BE



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA

MÉDICA

Josiane

| | | | | | |
|---|------------|--|----------------------------------|----------------------------|---------------------|
| NOME DO PACIENTE Junivaldo Almeida | PRONTUÁRIO | D. NASCIMENTO | CLÍNICA Ortop. | ENF. ou APT. 229 | LEITO 218 |
| DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES LAC (V/D) 292 | ALERGIAS | | MÉDICO ASSISTENTE/ ESPECIALIDADE | | |
| PRESCRIÇÃO MÉDICA DATA: 01/12/13 HORA: 13h | HORÁRIO | | OBSERVAÇÕES | | |
| ① 2.000 mg de 2x em dia | | 10:20h: Paciente encaminhado à clínica ortopédica. No momento aguardando marcação cirúrgica. | | | |
| ② 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ③ 2.000 mg de 2x em dia | | 10:40: Paciente admitido procedente do Posto I com LAC D, consciente, orientado, físico. Nega patologias crônicas e alergia a medicamentos. | | | |
| ④ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ⑤ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ⑥ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ⑦ 2.000 mg de 2x em dia | | DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT CONTEÚDO NÃO VERIFICADO | | | |
| ⑧ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ⑨ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ⑩ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ⑪ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ⑫ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ⑬ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ⑭ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ⑮ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ⑯ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ⑰ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ⑱ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ⑲ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ⑳ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㉑ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㉒ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㉓ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㉔ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㉕ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㉖ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㉗ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㉘ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㉙ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㉚ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㉛ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㉜ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㉝ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㉞ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㉟ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㊱ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㊲ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㊳ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㊴ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㊵ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㊶ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㊷ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㊸ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㊹ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㊺ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㊻ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㊼ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㊽ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |
| ㊾ 2.000 mg de 2x em dia | | 12 JUL 2017 | | | |
| ㊿ 2.000 mg de 2x em dia | | | | | |

MÉDICO/CRM:

MOD-07



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente

Diagnóstico pré-operatório

LAC fratura III

Operação - Tipo

Redução e fixação LAC

Cirurgião

Dr. Hugo Sol

1º Assistente

Dr. Frederico

2º Assistente

3º Assistente

Instrumentador(a)

Anestesista

Anestesia

Anestésico(a)

Data da Operação

Início

Fim

Diagnóstico Pós-operatório

O MESMO

DEPARTAMENTO DE SINISTROS

DPVAT

CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

12 JUL 2017

Relatório Imediato do Patologista

Ø

GENTE SEGURADORA S.A.

Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470

Acidente Durante a Operação

Ø

Nemésio Martins de Castro Neto
Matrícula: 10791
SAM-AMT
Conteúdo com Original

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

1. ID em posição prona
2. Posição lateral
3. Redução da LAC
4. Fixação
5. Lavagem

Dr. Hugo José Sales
Ortopedia e Traumatologia
da Coluna Vertebral
CRM 36341 E-OT 12672

Mod. 76 HUT

FOLHA DE ANESTESIA



| NOME DO PACIENTE | | UNIDADE DE SAÚDE | | | | | Nº DE REGISTRO | |
|-----------------------------------|---------------|------------------|----------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------------------------|--|
| Francivaldo Lima Monteiro | | HUT | | | | | | |
| DATA: 17.05.17 | P. ARTERIAL | PULSO | RESPIRAÇÃO | TEMPERATURA | PESO | ALTURA | | |
| EXAMES DE SANGUE | GR. SANGÜÍNEO | HEMATIMETRIA | HEMOGLOBINEMIA | HEMATOCRITOS | GLICEMIA | DOS. URÉIA | | |
| EXAMES DE URINA | | | | | | | | |
| FUNÇÃO RESPIRATÓRIA: ASA 1 | | | | | | | | |
| SISTEMA CIRCULATÓRIO: Hipertensão | | | | | ELETROCARDIOGRAMA | | | |
| SISTEMA RESPIRATÓRIO: 8 dias | | | | | ASMA | | BRONQUITE | |
| SISTEMA DIGESTIVO | | | | SISTEMA URINÁRIO | | | | |
| ESTADO MENTAL | | | | CORTICOIDES | | ATARAXICOS OUTROS | | |
| DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO | | | | | FÍSICOS | | | |
| PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES) | | | | APLICADO AS | | EFEITOS | | |
| AGENTES ANESTÉSICOS | OXIGÊNIO | | | | | | TOTAL DE DOSES | |
| | 1 | | | | | | | |
| | 2 | | | | | | | |
| | 3 | | | | | | | |
| LÍQUIDOS | SO-UTO 500 | | | | | | | |
| | 400 | | | | | | | |
| | SANGUE 300 | | | | | | | |
| | 200 | | | | | | | |
| | OUTROS 100 | | | | | | | |
| TEMPERATURA | Cº | 260 | | | | | | |
| | | 240 | | | | | | |
| | | 2 | | | | | | |
| P. ARTERIAL | 38 | 200 | | | | | | |
| V O | | 180 | | | | | | |
| PULSO | | 160 | | | | | | |
| | | 1 | | | | | | |
| | | 140 | | | | | | |
| INÍCIO E FIM ANESTESIA | | 120 | | | | | | |
| X | | 100 | | | | | | |
| | | 80 | | | | | | |
| INÍCIO E FIM OPERAÇÃO | | 60 | | | | | | |
| | | 40 | | | | | | |
| RESPIRAÇÃO | | 20 | | | | | | |
| O | | 10 | | | | | | |
| SÍMBOLOS | | | | | | | SEQUÊNCIA | |
| | | | | | | | 1. Monitoriz | |
| | | | | | | | 2. Zereclon 100 | |
| | | | | | | | 3. mve | |
| | | | | | | | 4. BPB 50 | |
| | | | | | | | 5. Cefaz 30 | |
| | | | | | | | 6. Dene 100 | |
| | | | | | | | 7. mve 50 | |
| | | | | | | | 8. mve 50 | |
| | | | | | | | 9. mve 50 | |
| | | | | | | | 10. mve 50 | |
| | | | | | | | 11. | |
| | | | | | | | 12. | |
| | | | | | | | 13. | |
| | | | | | | | 14. | |
| | | | | | | | 15. | |
| TÉCNICAS | | BPB 50 | | | | | DURAÇÃO | |
| OPERAÇÕES | | LAL | | | | | INCIDENTE - ACIDENTE | |
| CIRURGIÕES | | Hugo | | | | | φ | |
| ANESTESISTAS | | Lena | | | | | Nemésio Martins de Castro Neto | |
| | | | | | | | Matrícula: 70591 | |
| | | | | | | | SAM HUT | |
| | | | | | | | Confere com Original | |
| | | | | | | | CONDIÇÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS | |
| | | | | | | | Bow | |
| PARTICULARIDADES | | | | | | | | |

MOD 76 - HUT



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fis. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

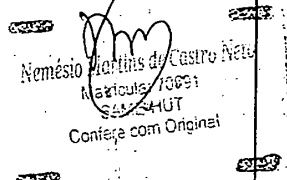
BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 15.05.17

| | | |
|--|-------------------|---------------------------------|
| NOME DO PACIENTE: <u>Francinaldo Lima Monteiro</u> | | PROFISSIONÁRIO Nº: _____ |
| DIAGNÓSTICO: _____ | CIRURGIA: _____ | |
| ANESTESIA: _____ | Nº DA SALA: _____ | DEPARTAMENTO DE SINISTRO: _____ |
| CIRURGIÃO: _____ | CPF Nº: _____ | DPVAT _____ |
| AUXILIAR: _____ | CPF Nº: _____ | CONTEÚDO NÃO VERIFICADO |
| ANESTESIA: _____ | CPF Nº: _____ | 12 JUL 2017 |
| INSTRUMENTADORA: <u>Claudiane</u> | CPF Nº: _____ | GENTE SEGURADORA S.A. |

MATERIAL DE CONSUMO

Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte - CEP: 64.002470

| DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO |
|-------------------------|-------|--------|-------|--|--------|--------|-------|
| AGULHA 25X8 | UNID. | 02 | | LÂMINA DE BISTURI 24 | UNID. | 01 | |
| AGULHA 30X8 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 8.0 | PAR | 02 | |
| AGULHA 40X12 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 6.5 | PAR | 02 | |
| AGULHA RAQUE | UNID. | | | LUVA DE PROCEDIMENTO | PAR | 03 | |
| ALCOOL 70% | ML | 200 | | PVPI DE GERMANTE | ML | 100 | |
| ALGODÃO | BOLA | 02 | | PVPI TÓPICO | ML | 50 | |
| ÁGUA OXIGENADA | ML | 100 | | PVPI TINTURA | ML | | |
| COMPRESSA | PAC. | 03 | | SERINGA 20CC | UNID. | 02 | |
| EQUIPO MACRO- GOTA | UNID. | 01 | | SERINGA 10CC | UNID. | 02 | |
| ESPARADRAPO | CM | 60 | | SERINGA 5CC | UNID. | 01 | |
| ESCALPE Nº | UNID. | | | SERINGA 3CC | UNID. | | |
| FORMOL | ML | | | SORO FISIOLÓGICO | FRASCO | 01 | |
| GASES | PAC. | 03 | | SONDA URETRAL | UNID. | | |
| JELCO Nº 20 | UNID. | 01 | | <u>Coléter Oculor</u> | 11 | | |
| FIOS | UNID. | QUANT. | PREÇO | OCORRÊNCIA | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES C/AG | | | |  | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES S/AG. | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO C/AG | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO S/AG | | | | | | | |
| ALCOFIL | | | | | | | |
| MONONYLON | | | | | | | |
| FITA UMBILICAL | | | | ENFERMARIA: | | | |
| VICRYL | | | | CIRCULANTE: | | | |
| PROLENE | | | | | | | |



0014

Certificação da existência do IML

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Francivaldo Lima Monteiro
PORTADOR(A) DO RG Nº 2.655.645 EXPEDIDO POR SSP/PI EM 03/12/03 E
CPF 032606393-57 / CNPJ 000000000-00000-00, PROFISSÃO Servente de
E RENDA MENSAL DE R\$ Receita P NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Francivaldo Lima Monteiro, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional DPVAT
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA (CONTEÚDO NÃO VERIFICADO)
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento 002470
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 304 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 1606 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 100636-2

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO. DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Teresina 05 de Julho de 2017 Francivaldo Lima Monteiro
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de **até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente** (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de **até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares**.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

SAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474
OUVIDORIA 0800 725 7474

152-535455483-3

01/JUN/2017

HORA DE 15:22:54

LOT: 16.06552-6

TERM: 009903

LOCALIDADE: TERESINA

AG. VINCULADA: 1606

CONTROLE: 279489822

DEPÓSITO EM DINHEIRO

1606 013 00100636-2

FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

VALOR

:

0000

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

152-535455483-3

1ª VIA





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002413/2017-43

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Francisco Ribeiro De Sousa

Data/Hora: 02/06/2017 - 08:40

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA- GENE CELESTE, Nº:

Complemento

Data/Hora

12/05/2017 - 02:00 373379

Bairro

PLANALTO ININGA

Ponto de Referência



DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO [29 ANOS]

RG: 2655645

Mãe: MARIA DIVA LIMA MONTEIRO

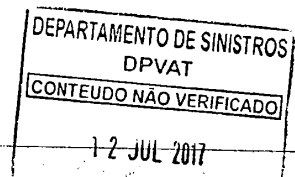
Pai: ROSSIVALDO DUARTE MONTEIRO

Endereço: RUA- GENE CELESTE, Nº 1755

Bairro: ININGA

Cidade: TERESINA

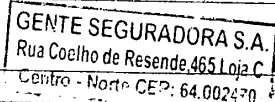
Tipo Envolv.: VÍTIMA/Notificante



NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).



RELATO DA OCORRÊNCIA

DISSE A VITIMA NESTA DELEGACIA DE TRANSITO QUE TRAFEGAVA EM UMA MOTO HONDA/CG, ANO 2015/2015, -PL- PSK-9054 DE PROPRIEDADE DE JOÃO DIAS DOSA SANTOS, CPF- 433.332.143-34, PELA AV. ININGA NA ZONA LESTE DE TERESINA COM DESTINO AO CENTRO E NO PERCUSO SEGUIA UM OUTRO VEICULO QUE NÃO SOUBE IDENTIFICAR E QUE ESTE VEICULO NÃO IDENTIFICADO TERIA PROVOCADO O ACIDENTE QUANDO TENTOU FAZER UMA ULTRAPASSAGEM E NÃO CONSEGUINDO COLIDIU COM A MOTO CONDUZIDA PELO DECLARANTE. DISSE AINDA QUE CAIU SOFRENDO LESÃO CORPORAL DE ACORDO COM O PRONTUÁRIO DE Nº 82589 CEDIDO PELA UPA. HORAS DEPOIS FOI TRANSFERIDO PARA O HUT. EM UMA AMBULANCIA DA UPA. O PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO NO HUT. É O DE Nº 443100.A VITIMA FOI SOCORRIDA PELA SENHORA DE NOME MARIA MIKELLE AMORIM DA SILVA , RG- 3337916-PI QUE PASSAVA PELO LOCAL DO ACIDENTE. AS DECLARAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO DECLARANTE.

Francisco Ribeiro De Sousa - Mat. 0093548
AGENTE DE POLÍCIA

Francivaldo Lima Monteiro
FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO [29 ANOS] - Notificante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Nome fantasia

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

MP An Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

| Órgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 570,00 | 570,00 |
| DREI | 21,00 | 21,00 |

Bolero(s): 102595004

Hash: ECC52023-073D-4232-8033-7CC9943DA9D4



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

| Código do Ato | Código Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento |
|---------------|---------------|-------|---|
| 017 | 999 | 1 | Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração |
| | XXXX | XXXX | XX |
| | XXXX | XXXX | XX |
| | XXXX | XXXX | XX |
| | XXXX | XXXX | XX |

Representante legal da empresa

| | | |
|-------|----------------------|------------|
| Local | Nome: | |
| | Assinatura: | |
| | Telefone de contato: | |
| Data | E-mail: | |
| | Tipo de documento: | Híbrido |
| | Data de criação: | 24/01/2018 |
| | Data da 1ª entrada: | |



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/13



JUCERJA
Assinatura Digitalizada

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.juceerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

| N | MEMBRO | RCA | MANDATO | FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP |
|---|-----------------------------|------------|------------|--|
| 1 | José Ismar Alves Tôrres | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor Presidente |
| 2 | Helio Bitton Rodrigues | 14.12.2017 | 13.12.2018 | sem função específica |
| 3 | Cristiane Ferreira da Silva | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional) |
| 4 | Milton Bellizia | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional) |
| 5 | Andrea Louise Ruano Ribeiro | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle) |

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techina Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/13





PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 34 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susp 15414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALIA SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 23.356.989/0001-01, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017.

I - Aumento do capital social em R\$ 400.148,90, elevando-o para R\$ 3.155.595,91, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Resolter que o pato de R\$ 183.140,00 do aumento de capital subscrito deverá ser integralizado até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 34 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susp 15414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.608/0001-04, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 34 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susp 15414/619783/2017-50, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.356.989/0001-01, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 26 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susp/Dirorg n.º 751, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", liam-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 58, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso das atribuições conferidas no 3º do art. 4º da Lei n.º 5.046, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Lei n.º 13.125, de 28 de novembro de 2007.

Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1959, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, onde 01, página 46;

Considerando que o Inmetro ou entidade por ele acreditada, conforme o disposto no 1º do art. 7º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve assinar a adequação das veículos e dos equipamentos rodoviários destinados a este fim;

Considerando a necessidade de emissão do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajuste dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a alteração dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço eletrônico:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dicaf
Rua Santa Afonso, n.º 416 - 3º andar - Rio Cam-
pido

Cep 20.261-322 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam estabelecidos os Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociação Internacional (DENINT), que o objetivo de colher manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DENINT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 20063-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

3. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do modelo próprio, disponível na página deste Ministério na Internet, no endereço <http://www.mec.gov.br/secretaria/comercio-exterior/secretaria-de-negociacao-internacional>. O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2327-7373 e 2027-7234 ou pelo endereço de correio eletrônico CTE@mdc.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelos técnicos em nomeação do CTE-I, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RINALDO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

| SITUAÇÃO ATUAL | SITUAÇÃO PROPOSTA |
|---|---|
| 2917.20.09 | 2917.20 |
| Acidos policarboxilicos, ciclobutanos, ciclopentanos ou ciclohexanones, seus anidridos, halogenados, peróxidos e seus derivados | Acidos Policarboxilicos, ciclobutanos, ciclopentanos ou ciclohexanones, seus anidridos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | 2917.20.1 |
| | Peróxidos, peróxidos e seus derivados |
| | 2917.20.11 |
| | Seres de ácidos policarboxilicos ciclobutanos |
| | 2917.20.13 |
| | Ciclohexanona de etileno |
| | 2917.20.99 |
| | Outros |
| | 1. Outros |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/securidade.html>, pelo código 0001291512300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867AA8220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1B88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4995508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

12/4



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

| | | |
|--|--|--|
| 17º  Ofício de Notas DA CAPITAL | Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-0900 | ADB2B69D 088674 |
| Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X0000524453) | | |
| Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. | | |
| Em testemunho | da verdade. | Conf. por: Serventia TJHFUNDOS Total |
| Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. | | CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar Escritor 3.96 CNPJ 40062 série 06077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94 |
| ECLP-56891 HCLP-56892 DRS Consulte em https://www3.tirijus.br/sitepublico | | |

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADERCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURIO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS
OAB/RJ 135.132



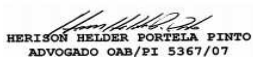
CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74,5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04 pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO(A)

ADDA BANDEIRA DE MELO DE DEUS -CPF 003.705.143-19, ADÃO NALDO PIRES DE SOUSA -CPF 038.935.033-82, ANA CÉLIA BENVINDO ROCHA MARTINS -CPF 687 827 483 49, AIRLA MEIRELES MELO -CPF 076.123.843-37, ALANA SOARES GOMES Rg 4.060.599 CPF 074.060.463-59, ALISSANDRA SUIME DA SILVA SOUSA -CPF 056.843.563-03, AMANDA ELYZABETH HOLANDA MARINHO -CPF 058.349.493-55, ANA CAROLINA DE SOUSA -CPF 073.877.223-23, ANA CLARA FREITAS BRITO SILVA -CPF 065 778 053-77, ANA PAULA DO NASCIMENTO SILVEIRA DE AZEVEDO -RG 1.194.917 SSP-PI, ANDERSON RAFAEL LEAL BRITO -CPF 030.189.913-46, ANDREIA GOMES DE CARVALHO -CPF 055.880.293-13, ANDREIA VANDRESSA DE SOUSA SILVA -CPF 016.386.953-77, ANDRE LIMA EULALIO -CPF 038.451.883-40, ANILY GONÇALVES FERRAZ COSTA -CPF 006.049.263-59, ARILTON LEMOS DE SOUSA -CPF 789.681.603-25, BARBARA PRISCILA DA SILVA -CPF 002.407.753-41, BIANCA CONSTANCIO DAMASCENO -CPF 043.488.833-86, CARLA RENATA FERNANDES DE MELO -CPF 061.616.273-10, CARLOS EDUARDO RODRIGUES LIMA CAVALCANTE -CPF 014.594.843-98, CARLOS RAFAEL SANTOS OLIVEIRA DA SILVA -CPF 028.941.513-65, CARLOS RAFAEL CUNHA -CPF 600.002.863-62, CAROLINA BEZERRA DE ALMEIDA -CPF 041.639.933-98, CHARLANA PAULA MARTINS DA SILVA -CPF 065.480.643-80, CÍNTIA PATROCÍNIO DA SILVA -CPF 057.833.283-32, CLEONICE FERNANDES MAIA -CPF 915.014.233-05, CLEUDEVALDO GONÇALVES DOS SANTOS -CPF 047.800.203-36, CLAUDENEIDE MOREIRA DA SILVA -CPF 714.730.173-00 RG-1.446.289, DENILSON ARAUJO DA SILVA -CPF nº 962.144.731-34 DANILO, RIBEIRO CARVALHO CPF 026.483.053-94, DEUSDEDITH GUERRA DE FREITAS NETO -CPF 997.477.663-53, DIEGO MORAIS COSTA -CPF 035.773.343-63, EMANUEL DIAS DA SILVA -CPF 046.378.843-57, EMANUEL MESSIAS DA ROCHA VIANA -CPF 551.923.943-68, FABRICIA DE OLIVEIRA FONTENELE -CPF 019.399.272-66, FERNANDO TRINDADE DE CARVALHO FILHO -CPF 014.224.023-04, FERNANDO HENRIQUE LIMA DA SILVA -CPF 077.912.203-85, FERNANDO CARVALHO OLIVEIRA -CPF 018.702.063-98, FERNANDO ITALO SÁ VARANDA, CPF 029.449.573-84, FERNANDO GARCIA ARAÚJO -CPF 167.398.887-36, FERNANDO DA ROCHA E SILVA -CPF 020 976 073-73, FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA -CPF 047.556.643-22, FRANCISCO GUILHERME RAMOS NOELTO CPF: 022.632.013-86, FRANCISCO MARQUES DA SILVA -CPF 077.093.743-87, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JUNIOR -CPF 892.947.773-91, FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO -RG 2.578.463 SSP-PI, FRANCISCO RIGONE SILVA CARNEIRO -CPF 048.865.593-52, FRANCISCO WASHINGTON DE ARAUJO ROCHA -CPF 039.247.113-21, HELDER JOSÉ BRITO DOS SANTOS -CPF 762.043.083-00, GABRIELLA SANTANA COSTA PIMENTEL CPF 078.903.273-23, GLIMARIO RIBEIRO DE ALMEIDA -CPF 008.696.703-79, IGOR VINICIUS DE ARAUJO MESQUITA -CPF 058.106.803-02, IRMA DANIELE FORTALEZA DE SOUSA -CPF 04787823302, ITALO JOSÉ ALVES DE CARVALHO -CPF 050.487.713-54, ÍTALO SÁRVIO LIMA FEITOSA -CPF 067.422.233-40, JOÃO PEDRO CARDOSO -CPF 058.923.833-77, JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO CPF 068.003.243-61 RG 3.753.880, JOICE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24 RG 3.532.415 JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO -CPF 068.003243-61 E RG 3.753.880, JACKSON DOUGLAS DE ARAUJO SOUSA -CPF 022.146.833-13, JAYNE VANESSA DA SILVA -CPF 060.307.993-80, JÉSSICA OLIVEIRA SOUSA -CPF 039.905.963-65, JEFFERSON FELIPE FREITAS DIAS -CPF 063.147.983-02, JEFFERSON LUIS DE ARAUJO NASCIMENTO -CPF 057.167.833-50, JOICE RAMOS CERQUEIRA -CPF 004.741.733-13, JOYCE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24, JOSÉ GUILHERME DO RÊGO MONTEIRO NETO CPF 015.538.413-95, JOSÉ FIRMINO DA SILVA JUNIOR CPF 052.829.273-06 JOSÉ VITOR VILARINHO BRITO CPF 065.049.933-60, KARINA NEGREIROS DE OLIVEIRA -CPF: 071.502.173-70 KARINE SOARES DO NASCIMENTO -CPF 067.466.793-06, KLEBER LOPES DA SILVA -CPF 338.618.383-20, LARA FORTES PORTELA DE CARVALHO CPF 041.909.353-28, LANA MARIA RAMOS NOLETO ESMERALDO -CPF 338.682.633-49, LEONARDO RANIERI LIMA MELO -RG 63.564.595 SSP/PI CPF 061.415.993-89, LÍCIA NUNES GONÇALVES BANDEIRA DE MELO -CPF 184.294.083-04, LUCIANNY DA CUNHA LOPES -CPF 018.910.263-21, LAURA DA SILVEIRA AZEVEDO PESSOA -CPF 026.652.853-80, LUCAS EMANUEL FREIRE GOMES -CPF 035.419.333-30, LUIS MARIANO CASTELO BRANCO CERQUEIRA, CPF 041.405.183-16, LUIZ GONZAGA DE MACEDO FILHO -CPF 389.755.838-69, LUIZ GONZAGA ARAUJO JUNIOR -CPF 063.067.553-81, LUIZ CESAR DE OLIVEIRA -CPF 076.671.803-42, LUIZ CARLOS LIMA JUNIOR -RG 3.220.411, -CPF 059.355.003-02, MARCELO RAFAEL DE SOUSA SOARES CPF 615.446.123-20, MARCELO NUNES LIMA -CPF 908.161.453-34, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA AGUIAR -CPF: 474.468.203-06, MARIANE DE OLIVEIRA MOURA -CPF 069.821.603-27, MARILENE GOMES CELESTINO -CPF 907.534.451 -15, MARIA JONISLEIA DE DEUS -CPF 045 758 613-32 / RG 3.123 660, MARIA RAIANNY CARVALHO DOS REIS -CPF 046.734.233.-48 / RG 3.395.771, MARC BURNIE DE SOUSA ALVES FERREIRA -CPF 035.966.653-10, MARCIONE DA SILVA SANTOS -CPF 038.274.383-06, MATUSALEM BRITO VIEIRA BORGES -CPF 039.322.933-08, MATHEUS CARVALHO ARAUJO -CPF 066.779.193-07, MIRELE SUELEN MARTINS GREGÓRIO -CPF 059.304.033-33, OLAVO ALVES LOPES -CPF 071.470.523-31 RG 3.510.782, PEDRO IGOR DE ALBUQUERQUE COSTA CPF 068.487.993-00, PATRÍCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO -CPF 050.145.183-89, PRISCILA BIANCA MORAES DOS SANTOS -CPF 064.859.673-70, RAFAELA DA SILVA LUSTOZA MARQUES. CPF : 032.345.633-22 e RG: 3.408.844, RAFAELA MATOS PORTELA -CPF 633.327.603-00, RAQUEL MENDES BARROSO DOS SANTOS -CPF 958.995.963-68, RHANNA DE AZEVEDO SERAINE CUSTÓDIO -RG 3317903 -CPF 039.753.933-94, RAIMUNDO NONATO MARTINS RODRIGUES JÚNIOR -CPF 067.972.593-80, RAIMUNDO DA PAZ SARAIVA NETO -CPF 062.632.513-79 -RG 3.536.503, RAVENA MARIA BEZERRA VIEIRA DE ARAÚJO -CPF 028.557.193-13, RODRIGO SOARES DE SOUSA -CPF 072.006.983-18, RODRIGO LIMA RODRIGUES -CPF 058.697.113-04, ROMILSON MEDEIROS ROCHA -CPF: 979.425.963-20, RUI BARBOSA DE SOUSA -CPF 872.778.323-53, SAMIA GOMES SOUSA CORREIA -CPF nº 002.720.973-30, SIMONE MORAIS CASTELO BRANCO CERQUEIRA DE AGUIAR -CPF 059.533.713-15, TAYNÁ CERQUEIRA DOS SANTOS -CPF 073.433.353-67, VANUELLE FONTENELE DE SOUSA -CPF 061.765.453-07, VICTORIA KELLER DA FONSECA BESERRA -CPF 062.755.023-12 VIRGINIA AGUIAR DE ARAUJO -CPF 893.859.693-15, WANDERSON DOS SANTOS MACEDO -CPF 025.192.813-67, WALLYSON MARQUES DE SOUSA -CPF 064.022.903-43, WELLINGTON DAS NEVES SOARES -CPF 946.380.123-53, WHALLEF BERNARDES LOPES -CPF 605.022.943-02, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO -CPF 022.632.013-86

Podendo os mesmos responder nesta qualidade a todos os termos do PROCESSO Nº 08157174820198180140 que é Parte Autor (a) Srº(a) **FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO**, tramitando perante o(a) **6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**.

Teresina (PI), 14 de outubro de 2019.


HERISON HELDER PORTELA PINTO
ADVOGADO OAB/PI 5367/07


Ednan Soares Coutinho
OAB/PI 1841/88



EDNAN COUTINHO
Advogado Assessor
CNPJ: 06.977.825/0001-08


SUBSTABELECIMENTO

O ADVOGADO DR. HERISON HELDER PORTELA PINTO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 5367/07 e EDNAN SOARES COUTINHO advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 1841/88 SUBSTABELECEM, COM RESERVA DE IGUAIS, NA PESSOA DOS ADVOGADOS (A):

ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7.734, ALEXANDRA BEZERRA DE SOUSA OAB/PI SOB O N.º 9051, ANDRESSA STERPHANNIE AMARAL DE ESCORCIO SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 14.239 AGEU ALVES DE SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 13.784, ALANA CELINA BATISTA LIMA - OAB/PI SOB O N.º 14.148, ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR - OAB/PI SOB O N.º 7.734 - ANDREY CARLOS SILVA SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 12.549, ANTONIA MARIELE CIRLEY MARTINS RODRIGUES - OAB/PI SOB O N.º 11583, ARTUR DA SILVA BARROS - OAB/PI SOB O N.º 13.398, ATUALPA RODRIGUES DE CARVALHO NETO, OAB/PI SOB O N.º 14.026, BRUNO LOPES BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 15.626, CAMILA MESQUITA BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 12.69, CAMILLA FARIAS DE C. VIEIRA- OAB/PI SOB O N.º 10688, CLODOMIR CASTRO BRAGA-OAB/PI SOB O N.º 8690, DANIEL JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO CORREIA OAB/PI SOB O N.º 4825, DANILO RIBEIRO CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 8.697, DENIS RIBEIRO CARVALHO OAB/PI SOB O N.º 16.621, DOUGLAS HALEY FERREIRA DE OLIVEIRA-OAB/PI SOB O N.º 10.281, EDSON RENAN DA SILVA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 9930, EGON CAVALCANTE SOARES -OAB/PI SOB O N.º 14.644, ELKENIELLE MENDES FEITOSA-OAB/PI SOB O N.º 4.313, FAGNNER PIRES DE SOUSA, OAB/PI SOB O N.º 8960 FÁBIO SOARES GOMES-OAB/PI SOB O N.º 15.459, FELIPE CARVALHO DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 13.379, FERNANDO ÍTALO SÁ VARANDA -OAB/PI SOB O N.º 18023, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 11.420, FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO MADEIRA CAMPOS NETO-OAB/PI SOB O N.º 14350, FABIO SOARES GOMES OAB/PI SOB O N.º 15.459 FLÁVIA LETÍCIA COELHO VIANA-OAB/PI SOB O N.º 9.947, FRANCISCO GESSIÊ DA ROCHA VIANA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 9.456, FREDSON OLIVEIRA VIEIRA -OAB/PI SOB O N.º 15.976, GLEYSON VIANA DE CARVALHO -OAB/PI SOB O N.º 4.442, GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO OAB/PI SOB O N.º 12.713, GLIMÁRIO RIBEIRO DE ALMEIDA-OAB/PI SOB O N.º 14.060, HARISON MOURÃO MILANES -OAB/PI SOB O N.º 14688, HILSON CUNHA NOGUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.870, IVAN BANDEIRA DE MELO DE DEUS -OAB/PI SOB O N.º 11.772, JACINTO VIEIRA DE BRITO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 12.570 JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR-OAB PI SOB O N.º 7722, JOSÉ FELIPE LUSTOSA DE SOUSA-OAB/PI SOB O N.º 11.260, JOSTIANNE SARAIVA BARBOSA DA SILVA -OAB/PI SOB O N.º 13592, LUANA DA CUNHA LOPES-OAB/PI SOB O N.º 9.152, LUAN FERNANDES DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 16.267, LUCAS BARBOSA DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 7.994, LUIS ÂNGELO DE LIMA E SILVA-OAB/PI SOB O N.º 6.722,LURDIANA GOMES DO NASCIMENTO-OAB/PI SOB O N.º 9.878, MÁRCIA RAVENA PACHECO MARTINS MOURA-OAB/PI SOB O N.º 9.041, MATHEUS TERSANDRO DE CASTRO BRANDÃO-OAB/PI SOB O N.º 13.778, MARIANO GIL CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA -OAB/PI SOB O N.º 17.066, MARÍLIA DIAS SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 16.412,MARIA VITORIA DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 9.598, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO CERQUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.266, MARCELO CARVALHO RODRIGUES -OAB/PI SOB O N.º 12.530, MARIANY DOS REIS ARAÚJO DE SOUSA-OAB PI SOB O N.º 15.285, MAYARA DE MOURA MARTINS-OAB PI SOB O N.º 11257, MILTON LUSTOSA NOGUEIRA DE ARAÚJO NETO-OAB PI SOB O N.º 14.347, MIKHAIL DE MORAIS VERAS DA FONSECA-OAB/PI SOB O N.º 12.825, MÔNICA ROCHA LUZ -OAB/PI SOB O N.º 7.640.NAPOLEÃO SOARES DO NASCIMENTO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7936, NÁDIA TALITA TAVARES DE SANTANA-OAB/PI SOB O N.º 13.294, PAULA ESTER PEREIRA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 11961, PAULA APARECIDA GUIMARAES COSTA SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 12.847, PAULO HENRIQUE NASCIMENTO DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 17081, PAULA REGINA DE CARVALHO SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 7.839, RACHEL RODRIGUES MACHADO BARROS-OAB/PI SOB O N.º 14487, REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º OAB/PI 10.317 RICELLY LUIZ DE BRITO OLIVEIRA TRINDADE-OAB/PI SOB O N.º 13.721, ROMILSON MEDEIROS ROCHA - OAB/PI 8709, ROMULO SILVA SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 10.133, SUSANA MARIA UCHÔA DE OLIVEIRA LEITE-OAB/PI SOB O N.º 7.793, TEREZINHA DE CASTRO FERREIRA-OAB/PI SOB O N.º 9.106, THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA -OAB/PI SOB O N.º 7558, THIAGO CARTUCHO MADEIRA CAMPOS-OAB/PI SOB O N.º 7.555, UBIRACI ALMEIDA BONFIM - OAB/PI 11584, WHALLEF BERNARDES LOPES -OAB/PI SOB O N.º 18.373, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO-OAB/PI SOB O N.º 9.640, ZULMIRA DO ESPÍRITO SANTO CORREIA-OAB/PI SOB O N.º 4.385 E VALDENICE GOMES CELESTINO -OAB/PI SOB O N.º 12.112

Os poderes que lhe foram conferidos por SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, n.º 74,5º andar, inscrita no CNPJ SOB N.º 09.248.608/0001-04, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO,, em curso perante a(o) 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI.. Nos autos do Processo N.º 08157174820198180140. Contudo - para que se produza os efeitos legais - o nome a ser registrado na capa dos autos do processo em epígrafe é do advogado - DRA° EDNAN SOARES COUTINHO - OAB/PI N.º 1841 - com endereço profissional situado na Rua Barroso, 646/N, Centro, Teresina (PI), CEP 64000-130 - devendo este ser comunicado de eventuais intimações de praxe (inclusive publicações oficiais) - SOB PENA DE NULIDADE.

Teresina (PI), 14 de outubro de 2019.


HERISON HELDER PORTELA PINTO
ADVOGADO OAB/PI 5367/07


Ednan Soares Coutinho
OAB/PI 1841/88



PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

JUNTADA DE COMPROVANTE DE POSTAGEM

TERESINA-PI, 26 de setembro de 2019.

MARIA DO SOCORRO SANTANA DE SOUSA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina



LISTA DE POSTAGEM A FATURAR

DATA GERAÇÃO: 24/09/2019 12:08
Nº LISTA: 19877
DATA IMPRESSÃO: 24/09/2019 12:08

NOME DO CLIENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ 06981344000105

Nº DO CONTRATO

Nº CARTÃO DE POSTAGEM

9912353314

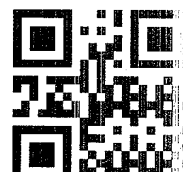
69460337



| N. Serviço | Nº do Objeto | CEP | VD (R\$) | ADIC. | VC (R\$) | N.F. | Destinatário | Cartão Post. |
|--------------------|---------------|-----------|----------|-------|----------|------|----------------------------|----------------------|
| 1 12556 CARTA REG | BI974294173BR | 64091-105 | | AR | 0.0 | | ANTONIA ROSA DA SILVA | 69460337/6ª VARA CIV |
| 2 12556 CARTA REG | BI974294187BR | 64081-420 | | AR | 0.0 | | MANOEL RODRIGUES DA | 69460337/6ª VARA CIV |
| 3 12556 CARTA REG | BI974294235BR | 64084-010 | | AR | 0.0 | | EDSON CARLOS ALVES ANDRADE | 69460337/6ª VARA CIV |
| 4 12556 CARTA REG | BI974294244BR | 64058-760 | | AR | 0.0 | | FRANCISCO CELSO | 69460337/6ª VARA CIV |
| 5 12556 CARTA REG | BI974294258BR | 20031-205 | | AR | 0.0 | | SEGURADORA LIDER DOS | 69460337/6ª VARA CIV |
| 6 12556 CARTA REG | BI974294261BR | 64012-430 | | AR | 0.0 | | LUCELIA ANTUNES | 69460337/6ª VARA CIV |
| 7 12556 CARTA REG | BI974294275BR | 20031-205 | | AR | 0.0 | | SEGURADORA LIDER DOS | 69460337/6ª VARA CIV |
| 8 12556 CARTA REG | BI974294289BR | 20031-205 | | AR | 0.0 | | SEGURADORA LIDER DOS | 69460337/6ª VARA CIV |
| 9 12556 CARTA REG | BI974294292BR | 20031-205 | | AR | 0.0 | | SEGURADORA LIDER DOS | 69460337/6ª VARA CIV |
| 10 12556 CARTA REG | BI974294301BR | 64010-260 | | AR | 0.0 | | MARIA DE FATIMA LEONCIO | 69460337/6ª VARA CIV |

0805786552018
0815717482019
0812176072019
0812615182019
0821623872017
0816368802019
0800202072018
0807061392018
0808613392018
082036979217

| | | |
|--|---------------------------------------|---------------------|
| TOTAL 10 | | |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ | | |
| CORREIOS - CARIMBO | CONTRATANTE - ASSINATURA/NOME LEGÍVEL | NÚMERO DO DOCUMENTO |
| | Declaro que recebi 10 objetos. | |





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO

Ao Senhor

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Comunico-lhe que tramita nesta **6ª Vara Cível da Comarca de Teresina** a Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) (Processo n.o 0815717-48.2019.8.18.0140) que tem como requerente AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

e como requerido RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

É, pois, a presente para **CITAR**, por meio de Vossa Senhoria, RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

, para **CONTESTAR**, querendo, esta ação no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos alegados pela autora, nos termos do art. 344 do Novo Código de Processo Civil.

As cópias dos documentos necessários podem ser acessadas, utilizando as chaves de acesso abaixo, na url <https://tjpi.pje.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> :

Documentos associados ao processo

| Título | Tipo | Chave de acesso** |
|---|----------------------------|-----------------------------------|
| Petição Inicial | Petição Inicial | 1907011910147020000 0005279631 |
| FRANCINALDO LIMA MONTEIRO24042019_compressed | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO | 1907011910149550000 0005279734 |
| Certidão | Certidão | 1907101551350430000 0005371856 |
| Certidão | Certidão | 1907101551542640000 0005371857 |
| Despacho | Despacho | 1908192351317540000 0005756040 |

TERESINA-PI, 5 de setembro de 2019.

MARIA DO SOCORRO SANTANA DE SOUSA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro o pedido de justiça gratuita. Considero desnecessária a realização de audiência de conciliação neste momento. Deixo para designar quando oportuno.

Cite-se o réu para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar contestação com as advertências dos efeitos da revelia (art. 335 e 344 do Código de Processo Civil).

TERESINA-PI, 19 de agosto de 2019

Édison Rogério Leitão Rodrigues
Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível

mb



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 10 de julho de 2019.

MARIA DO SOCORRO SANTANA DE SOUSA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0815717-48.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 10 de julho de 2019.

MARIA DO SOCORRO SANTANA DE SOUSA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA _____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA- PI.

Justiça Gratuita

FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO, brasileiro, casado, servente de pedreiro, portador do CPF sob o nº 032.606.393-57, residente e domiciliado na Rua Francisca Sales C Veras, nº 3037, Bairro Santo Antônio, Teresina/PI, vem, perante Vossa Excelência, por seu procurador devidamente habilitado, com endereço profissional constante no timbre, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, Código FIP: 03271, com endereço Rua Assembleia nº 100, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20011-904, pelas razões fáticas e jurídicas que passa a explanar:

DAS PRELIMINARES

Inicialmente, requer que Vossa Excelência conceda os benefícios do art. 5º LXXIV da Constituição Federal e Lei 1060 de 05/02/50, por não possuir o requerente capacidade financeira para arcar com as custas judiciais sem comprometer o sustento próprio e de sua família.

DA SINOPSE FÁTICA

O requerente, no dia 12/05/2017, sofreu grave acidente de trânsito do qual resultou sua invalidez permanente, fato este registrado junto à autoridade policial e laudos médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que **o requerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura**, conforme os documentos encartados nesta inicial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo.

Os danos são inegáveis, o que poderá ser devidamente comprovado em audiência. O requerente, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física, dentre os quais **graves lesões no braço direito, RESULTANDO EM DEBILIDADE PERMANENTE (limitação funcional) NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO**, tudo fartamente comprovado pelos laudos em anexo.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

DO CONVÊNIO Nº 69/2015 ENTRE O TJ-PI E A SEGURADORA LÍDER

A Seguradora Líder celebrou convênio nº 69/2015 com o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, publicado no DJ de 11/02/2016 (em anexo), vigente por

24 (vinte e quatro) meses a partir desta data, para realização de perícias médicas, custeadas pela Seguradora no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por perícia, para constatação da Invalidez da vítima periciada.

Desta forma, requer seja nomeado médico local competente por este douto juízo para realização da perícia no autor (de preferência nas próprias dependências do Fórum), respondendo aos quesitos em anexo.

Em seguida, requer a intimação da ré para pagamento dos honorários periciais por depósito judicial e, após, intimação das partes acerca da data oportuna para realização do exame, essencial ao deslinde da causa.

DO INTERESSE DE AGIR

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, XXXV, que “A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma, **o requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito legal.**

Pois, suscitar a falta de interesse de agir, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal. Vejamos a jurisprudência:

TJ-MG - Apelação Cível AC 10024120680145002 MG (TJ-MG)

Data de publicação: 19/03/2013

Ementa: AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. DPVAT . FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO ADMINISTRATIVO. LAUDO DO IML. **Não há que se falar em falta de interesse de agir, pois a lei não exige que o beneficiário do seguro primeiramente recorra à via administrativa**, para só então pleitear junto ao Poder Judiciário o valor que entende devido. O laudo do IML não é documento indispensável à propositura da ação de cobrança de Seguro DPVAT , tão pouco para a averiguação da invalidez, sendo esta possível de ser realizada por outros meios de prova.

Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, **não cumprem a legislação vigente. Logo, não está obrigado o requerente a receber valor inferior ao legal, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.**

DO NEXO DE CAUSALIDADE

É incontestável a ocorrência de acidente de trânsito, uma vez que o autor carrou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e LAUDO MÉDICO), o que estabelece então o nexo etiológico.

No que concerne à invalidez permanente, restou devidamente comprovada pelo **LAUDO MÉDICO, no qual restaram atestados os danos sofridos pelo autor, entre eles graves lesões no braço direito.** Em virtude de tais lesões o autor não consegue mais realizar atividades cotidianas. Portanto, a conclusão médica foi pela existência de seqüela funcional definitiva.

Destarte, ainda, que estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Ademais, **a Lei 6.194/74 não traz nenhuma ressalva para que a invalidez decorrente da debilidade seja, de forma necessária, para o trabalho.** Como no caso vertente, havendo a invalidez decorrente da debilidade permanente do membro, mesmo que seja para algumas ocupações habituais, já está

configurado o requisito necessário para autorizar o pagamento da indenização. Neste sentido, as ementas abaixo colecionadas:

TJ-MA - Apelação APL 0164942015 MA 0000122-32.2014.8.10.0078 (TJ-MA)

Data de publicação: 15/06/2015

Ementa: APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. INVALIDEZ PERMANENTE CARACTERIZADA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. OBSERVÂNCIA AO ART. 3º, INCISO II E § 1º DA LEI DO DPVAT, E À TABELA ANEXA À MESMA LEI. SENTENÇA MANTIDA. I - O pagamento do seguro obrigatório relativo a acidente de veículo deve se feito dentro dos limites estabelecidos no art. 3º e na tabela anexa à Lei no 6.194/74, com a nova redação dada pela Lei no 11.482/2007. II - Nos casos de invalidez permanente, o valor da indenização há de ser proporcional à lesão sofrida pelo segurado, levando-se em consideração as circunstâncias do caso concreto e os parâmetros estipulados na Lei do DPVAT. III - Apelação desprovida. De acordo com o parecer Ministerial.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.568 - DF (2014/0063112-2) "CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. GRAU DA INVALIDEZ. IRRELEVÂNCIA PARA FINS DE DETERMINAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE NA DATA DO SINISTRO. TEMPUS REGIT ACTUM. RECEBIMENTO INTEGRAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO PARCIAL

(STJ - REsp: 1443568 DF 2014/0063112-2, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Publicação: DJ 05/05/2015)

Processo: AREsp 564937 MG 2014/0209717-7
Relator(a): Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA
Publicação: DJ 04/11/2014

DA PREVISÃO LEGAL

Sucedo que, a invalidez permanente sofrida pelo requerente gerou para este o direito de receber o **SEGURO DPVAT**, na importância equivalente **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme plasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela Lei 11.482/07:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (g.n)

No caso em tela, e conforme demonstrado, o Requerente vem por meio deste, requerer os valores devidos do Seguro DPVAT, a serem apurados após a realização de perícia médica.

Convém ressaltar que o Requerente faz jus ao presente seguro, considerando que se encontra permanentemente inválido para as ocupações habituais, uma vez que apresenta **DEBILIDADE PERMANENTE (limitação funcional) NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO**, fato este que se amolda perfeitamente aos termos da presente Lei.

Concluindo, para fazer jus a tal indenização, o Requerente vem ao final, apresentar os documentos exigidos no artigo 5º da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, donde será efetuado o **pagamento mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa.**

Conclui-se que o direito do Requerente é líquido e certo, sendo apenas matéria de direito, e fundamenta-se perfeitamente na legislação vigente, com o quantum indenizatório fixado por Lei sem poder sofrer influência de meras resoluções da FENASEG.

DOS PEDIDOS

"Ex positis", REQUER:

- a) A **desistência na autocomposição**, sendo dispensada a audiência de conciliação ou de mediação, ante ao desinteresse da Seguradora ré pela realização de acordos nos processos referentes à matéria em questão, nos termos do art. 334, §5º do NCPC;
- b) A citação da requerida, no endereço constante na inicial, através de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de ser-lhe decretada a revelia nos termos do art. 344 do NCPC;
- c) Seja determinada a *inversão do ônus da prova*, bem como a **exibição do processo administrativo** onde a parte autora requereu o pagamento da indenização securitária, sob pena de presumem-se verdadeiros os fatos que por meio dele se provariam, nos termos dos art. 373, §1º, e art. 396 do NCPC.
- d) **Seja nomeado médico local** competente por este douto juízo para realização da **perícia** no autor, custeada pela requerida, de preferência nas próprias dependências do Fórum, respondendo aos quesitos em anexo, na forma do **Convênio nº 69/2015, celebrado entre o TJ/PI e a Seguradora Lider (em anexo)**, nos termos dos art. 464 e seguintes do NCPC;
- e) A procedência da ação de cobrança em todos os seus termos, condenando-se a requerida a pagar a **importância devida por invalidez permanente, em valor a ser apurado após a realização da perícia judicial requerida anteriormente**, oriunda do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, acrescidos de juros, correção monetária, custas e honorários advocatícios e demais incidências.
- f) *sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita por ser o*

requerente pessoa pobre na acepção da Lei n.º 1.060/50.

O advogado peticionante declara **autêntica e verdadeira** toda a documentação juntada à presente petição, atendendo ao disposto no o artigo 425,IV do NCPC.

Protesta provar o alegado por todas as provas em direito admitidas, em especial pela prova material que instrui essa inicial e a realização de perícia médica, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis e desde já requeridas.

Dá-se à presente causa o valor **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** para efeitos fiscais.

Termos em que,
Pede deferimento.
Teresina/PI, em 01 de julho de 2019.

Gustavo Henrique Macêdo de Sales

Advogado
OAB/PI nº 6.919

QUESITOS:

- 1) Houve ofensa à integridade física ou à saúde do examinado? Quais lesões ele sofreu?
- 2) Qual o instrumento ou meio que produziu tal ofensa?
- 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito?
- 4) Tais lesões resultaram na incapacidade do requerente para as ocupações habituais, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido, ou função?
- 5) Tais lesões resultaram em incapacidade permanente para o trabalho na função exercida pelo periciando?
- 6) Tais lesões resultaram em deformidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente?
- 7) Qual o percentual da debilidade permanente sofrida pelo periciando?

Teresina/PI, em 01 de julho de 2019.

Gustavo Henrique Macêdo de Sales

Advogado
OAB/PI nº 6.919

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: FRANCINALDO LIMA MONTEIRO
Nacionalidade BRASILEIRO Natural TERESINA
Estado Civil CASADO RG n.º 2.655.645
Profissão SERVENTE DE PEDREIRO CPF n.º 032.606.393-57
Endereço R. FRANCISCA SALES C VERA N: 3037
Bairro SANTO ANTONIO CEP 64.029/60
Município TERESINA

OUTORGADO: **GUSTAVO HENRIQUE MACÊDO DE SALES**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PI sob o n.º 6919, Rua Acésio do Rêgo Monteiro N° 1799, Ininga, Teresina- Piauí.

PODERES: Através do presente instrumento particular de mandato, outorgo-lhe(s) amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

TERESINA /PI, 03 de Julho de 2016.

Francinaldo Lima Monteiro

OUTORGANTE



Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

120 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002413/2017-43

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Francisco Ribeiro De Sousa

Data/Hora: 02/06/2017 - 08:40

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA- GENE CELESTE, Nº:

Complemento

Data/Hora

12/05/2017 - 02:00

Bairro

PLANALTO ININGA

Ponto de Referência



DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO [29 ANOS]

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

RG: 2655645

Mãe: MARIA DIVA LIMA MONTEIRO

Pai: ROSSIVALDO DUARTE MONTEIRO

Endereço: RUA- GENE CELESTE, Nº 1755

Bairro: ININGA

Cidade: TERESINA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

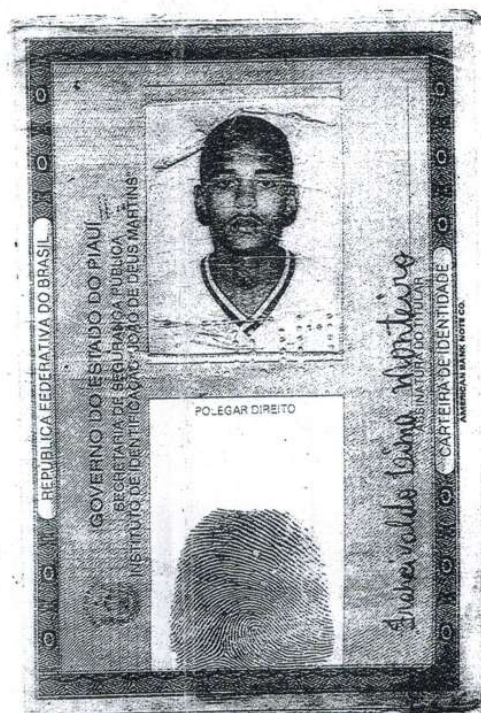
RELATO DA OCORRÊNCIA

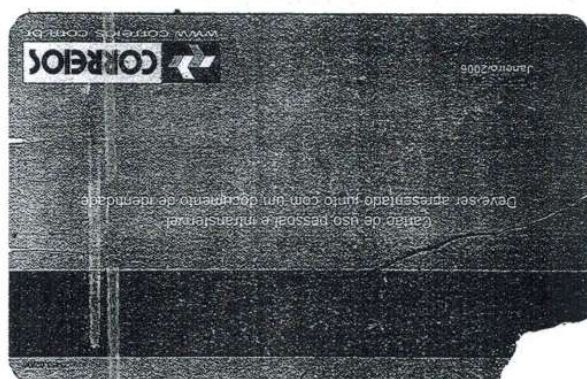
DISE A VITIMA NESTA DELEGACIA DE TRANSITO QUE TRAFEGAVA EM UMA MOTO HONDA/CG, ANO 2015/2015, PL- PSK-9054 DE PROPRIEDADE DE JOÃO DIAS DOS SANTOS, CPF- 433.332.143-34, PELA AV. ININGA NA ZONA LESTE DE TERESINA COM DESTINO AO CENTRO E NO PERCUSSO SEGUIA UM OUTRO VEICULO QUE NÃO SOUBE IDENTIFICAR E QUE ESTE VEICULO NÃO IDENTIFICADO TERIA PROVOCADO O ACIDENTE QUANDO TENTOU FAZER UMA ULTRAPASSAGEM E NÃO CONSEGUINDO COLIDIU COM A MOTO CONDUZIDA PELO DECLARANTE. DISSE AINDA QUE CAIU SOFRENDO LESÃO CORPORAL DE ACORDO COM O PRONTUÁRIO DE Nº 82589 CEDIDO PELA UPA. HORAS DEPOIS FOI TRANSFERIDO PARA O HUT. EM UMA AMBULANCIA DA UPA. O PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO NO HUT. É O DE Nº 443100.A VITIMA FOI SOCORRIDA PELA SENHORA DE NOME MARIA MIKELLE AMORIM DA SILVA , RG- 3337913-PI QUE PASSAVA PELO LOCAL DO ACIDENTE. AS DECLARAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO DECLARANTE.

Francisco Ribeiro De Sousa - Mat. 0093548
AGENTE DE POLÍCIA

Francivaldo Lima Monteiro
FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO [29 ANOS] - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia





MATRÍCULA 13197991-4 FATURA Nº 151873433
MÊS/ANO 6/2018

MARIA RAQUEL ALVES DOS SANTOS
RUA FRANCISCA SALES C VERAS, 3037-SANTO
ANTONIO-TERESINA-PI-cep:64029160

016-00007-003965 016 A04L698960

| MÊS/ANO | TIPO | LIDO | FATURADO |
|---------|-------------|------|----------|
| 04/2018 | Residencial | 02 | 1,0 |
| 05/2018 | Residencial | 02 | 1,0 |
| 06/2018 | Residencial | 02 | 1,0 |
| 07/2018 | Residencial | 02 | 1,0 |
| 08/2018 | Residencial | 02 | 1,0 |
| 09/2018 | Residencial | 02 | 1,0 |
| 10/2018 | Residencial | 02 | 1,0 |
| 11/2018 | Residencial | 02 | 1,0 |
| 12/2018 | Residencial | 02 | 1,0 |

1 Residencial - Normal

ANTERIOR 25/05/2018 3141
25/06/2018 3141

TABELA DE TARIFAS

| RESIDENCIAL | Faixa de Consumo R\$/M3 | E(%) |
|-------------|-------------------------|--------|
| 1 | 0 - 10 | 2,0510 |
| 2 | 10 - 20 | 3,4201 |
| 3 | 20 - 30 | 5,0000 |

VALOR REFERENTE AGUA - 26,51
> Residencial-Normal 10,0 m3 26,51

NÃO RESIDENCIAL
Faixa de Consumo R\$/M3 E(%)

VENCIMENTO

06/07/2018

TOTAL A PAGAR

26,51

IRREGULARIDADES / ANORMALIDADES

MENSAGEM

NOSSOS ARQUIVOS ACUSA(M) 10 DEBITO(S). ATENCAO - SUJEITO A CORTE.
PROCURE A LOJA DE ATENDIMENTO.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

| PARÂMETROS | AMOSTRAS REALIZADAS | AMOSTRAS EM CONFORMIDADE | AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE | MÉDIA / MÊS | VALOR PERMITIDO |
|--------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------|------------------|
| CLORO LIVRE | 2.762 | 2.715 | 47 | 1,25 | 0,20-5,00 mg/L |
| COR APARENTE | 2.570 | 1.787 | 783 | 10,14 | Inferior a 15,00 |
| PH | 2.756 | 2.718 | 38 | 6,66 | 6,00-9,50 |
| TURBIDEZ | 2.767 | 2.435 | 332 | 2,87 | Inferior a 5,00 |

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

| PARÂMETROS | AMOSTRAS REALIZADAS | AMOSTRAS EM CONFORMIDADE | AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE | MÉDIA / MÊS | VALOR PERMITIDO |
|-------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------|-----------------|
| COLIFORMES TOTAIS | 907 | 890 | 17 | Ausencia | Ausente |
| (ESCHEWERIA COLI) | 907 | 907 | 0 | Ausencia | Ausente |

DATA DA EMISSÃO: 25/06/2018

HORA DA EMISSÃO: 10:54

13197991-4

151873433
6/2018

VENCIMENTO

06/07/2018

VALOR A PAGAR

26,51

8261000000-7 26511535000-0 00201815187-4 34330100104-0



*** AVISO DE DÉBITO ***

Prezado cliente,
Não identificamos o pagamento do(s) débito(s) abaixo relacionado(s).
Deste modo, solicitamos que regularize sua situação junto a nossa
empresa, ou faça contato para esclarecimentos através dos
0800 223 2000. Os encargos correspondentes aos débitos
listados serão cobrados na próxima fatura.

VALOR DO DÉBITO MÊS/ANO VENCIMENTO VALOR (R\$)

AMESTADO MÉDICO

Através, para os devidos fins, que o Sr. Francisco Lima Nepomuceno, foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo fratura de um braço direito, submetendo-se à tratamento cirúrgico, com fixação metálica, evidenciando com isso a diminuição da amplitude de movimentos ativos, apresentando perda funcional de 70%. Está de alta definitiva desde julho 2017.

04.09.17

Dra. Fabíola Ferreira H. Veras
Clínica Médica Reumatologia
CRM 2374



NOME DO PACIENTE: Francisclio Lima Monteiro

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 443100

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

229

SUS SUS

BOLETIM DE ENTRADA - BE

DADOS DO PACIENTE:

Imp: 12/05/2017 17:20:39

User: CAMILA NORBERTA
(Estação: RCEP04)

| | | | | | |
|---------------|---|--------|------------|-------------|----------------------------|
| Nome: | FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO | | | Prontuário: | 443100 |
| Mãe: | MARIA DIVA LIMA MONTEIRO | | | Pai: | ROSSIVALDO DUARTE MONTEIRO |
| End. Resid.: | RUA GENES CELESTIAL 1755 - PLANALTO ININGA - TERESINA - PI - CEP: 64000-010 | | | | |
| Nascimento: | 20/02/1988 | Idade: | 29a:3m:22d | Sexo: | Masculino |
| Responsável: | LUANA MAGNA | | | Fone: | 86-98801-1235 |
| Profissão: | AJUDANTE DE PEDREIRO | | | CNS: | 706004872922046 |
| G. Instrução: | Médio Completo | | | CPF: | * RG: 2655645 - SSPPI |
| End. Local.: | | | | E. Civil: | Casado(a) |

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | | | | |
|--------------------|--|------------|---------------------|-----------|------------------------------------|
| Código: | 606858 | Data: | 12/05/2017 17:18:19 | Condução: | AMBULÂNCIA QUALQUER (DESTA CIDADE) |
| Motivo da Procura: | ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) | | | | |
| vid. Trab.: | Sim | Trajetos?: | Sim | Típico: | Não |
| Convênio: | S U S | | | | |
| CID Secundário: | V299 | | | | |

DADOS CLÍNICOS:

Trauma em Asfalto @
a 6h. Por Asfalto @.

| | | | | | | |
|----------------------|--|------|--------|-----|-----|--------|
| PA | X | mmHg | Pulso: | FC: | bpm | Temp.: |
| Diagnóstico Inicial: | Luxação Acromioclavicular de Asfalto @ | | | | | CID: |
| | | | | | | 543.1 |

CONDUÇÃO MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

LAC V

Intervenção p/ luxação
Involuntária - DM

| | | | | |
|----------|---|--|--|----------------------------|
| ALTA: | () Melhorado () Curado () Inalterado () A Pedido | () Administrativa () Por Indisciplina () Por Evasão | () Retornar à Unid. Origem: () Transferência: | DATA SAÍDA: / / HORA: : |
| DESTINO: | () Família () IML () Anat. Patol. | () Internação na Unidade | Proced. Solicitado: | CID Compatível: |
| ÓBITO: | () Até 24 Hs () De 24 a 48 Hs () Após 48 Hs | () Prof. Solicitante | Internação: | |

Assinatura Paciente ou Responsável

Carimbo- Assinatura - Profissional - BE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

PRESCRIÇÃO MÉDICA

DATA: 12/05/17 HORA: :_

HORÁRIO

44 3100 P-1

OBSERVAÇÕES

NOME PACIENTE: Francisco L. Monteiro

Visto Nutricionalista
Tatiana Dias CRN/MT-4434

1. DIETA LIVRE
2. SG5% 500ML + SFO, 9% 500ML EV EM 12h
3. DIPIRONA 2ML + AD EV 6/6H 50% *CRU*
4. TENOXICAM 20MG 1 AMP DIL EV 12/12H 50% *CRU*
5. TRAMADOL 100MG DIL EV 12/12H 50%
6. CCGC

W. João Sampaio (R. 144444)
Cirurgião / Radiologista
CRM-17304 TEF-1335

DR. S.D.

Jose Ferreira Neto
CRM-1730
OPE-096.617.373-68

Américo Martins de Castro
Médico - HUT
SAMB-HUT
Confere com Orig.

| H | PA | T | P | R | DIURÉTICO |
|----|------|------|---|---|-----------|
| 12 | | | | | |
| 18 | 2x10 | 16.6 | | | 105 |
| 24 | 120 | 66 | | | |
| 06 | 110 | 59 | | | |

17:47h Admissão NO P.OI. com
TE. Oligocitose, febril, eufórico.
Causa: ECCLIS. com sup. p.úio
em NIG. NADA ALERGA. Oportu-
do de NIG. *Adm. p.úio* *Proc. c.úio*
aus. *CRN-17304*
COREN-274043
93:00 Paciente refere cefaleia administrado
Dipirona conforme prescrição médica
marc. pre. c.úio: 693.210

Senhor nº 1205 2017017

17.577.205/0015-32



UPA RENASCENÇA
Rua Rio Verde, nº 2810
Renascença III - CEP: 64.082-110
Teresina - PI
Fundação Municipal de Saúde



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

| | | | |
|---|---------------------------|--|---------|
| Da Unidade | VPA | Para Unidade | HVT/HPM |
| Paciente | Francivaldo Lima Monteiro | Registro | |
| MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO | | | |
| Paciente ref. ter sido vítima de acidente de trânsito e apresentando LAC (✓). | | | |
| HD. | LAC (✓) | Dr. Tércio Dantas Moura Ortopedia e Traumatologia CRM-PI: 3824 | |
| Data | 12, 05, 17 | Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo | |

FICHA DE RETORNO

| | |
|--|----------------|
| Da Unidade | Para: |
| DIAGNÓSTICO | |
| Nemésia Martins de Castro Neto Matrícula: 70691 SAM-PIUT Compare com Original | |
| Data | ____/____/____ |
| Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo | |

TERESINA

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-RENASCENÇA

Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074

TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32

UPA
24h

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

Data: 12/05/2017 10:44:39

Médico: IGR MARCELO

Local: UPA - PR-CONSUL

DADOS DO PACIENTE:

| | | | | | |
|---------------|---|------------|----------------------------|-------------|-----------|
| Nome: | FRANCIVALDO LIMA MONTEIRO | | | Prontuário: | 82589 |
| Mãe: | MARIA DIVA LIMA MONTEIRO | Pai: | ROSSIVALDO DUARTE MONTEIRO | | |
| End. Resid.: | RUA JEANE CELESTE, - PLANALTO ININGA - TERESINA - PI - CEP: - | | | | |
| Nascimento: | 20/02/1988 | Idade: | 29a:3m:22d | Sexo: | Masculino |
| Responsável: | O MESMO | CNS: | 70600487291016 | Fone: | - |
| Profissão: | | Documento: | RG: 265564 - SSPPI | | |
| G. Instrução: | Não informado | E. Civil: | Ignorado | | |
| End. Local.: | - - - | | | | |

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | | | | |
|---|--------|----------|---------------------|-----------|-----|
| Código: | 165672 | Entrada: | 12/05/2017 09:38:47 | Convênio: | U S |
| Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA PARTICULAR | | | | | |

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

| | | | |
|--|------------------|----------------------------|---|
| Sinal/Sintoma de Apresent.: | Área Incidência: | Classificação: | Cor: |
| Intercorrência por Trauma | Crânio e Face | Fratura fechada sem desvio | Amarelo |
| Breve História Clas. Risco: REFERE ACIDENTE DE MOTO HA 9H. REFERE TRAUMA EM CABEÇA, VÔMITOS E DOR EM OMBRO D. | | | |
| | | | RHIANE LAMBARA QUEIROZ DE SOUZA TERESINA PI - 14-05-2017 10:05/101 10:04:00 |

Ass. Profissional Clas. Risco:

| | | | | | | | | | |
|-------|---------------------|---------|--------|------|------------|--------|-------|----------|--------|
| SSVV: | (Hora: ____ : ____) | | | | | | | | |
| Peso: | 0,00 Kg | Altura: | 0,00 M | IMC: | 0,00 Kg/m2 | Pulso: | 0 bpm | Pressão: | 0 mmHg |

DADOS CLÍNICOS:

REFERE ACIDENTE DE MOTO HA 9H. REFERE TRAUMA CEFÁLICO, NA REGIÃO PARIETAL, SEM CAPACETE, SEM ESCORIAÇÕES, NEGA TRAUMA CERVICAL, AFIRMA TER APRESENTADO EPISTAXE A ESQUERDA E 2 EPISÓDIOS DE VÔMITOS NÃO EVIDENCIADOS AO EXAME FÍSICO. APRESENTA AINDA DOR EM OMBRO D. CONSCIENTE, ORIENTADO, FÁSICO, EUPHÓRICO, SEM DEFICITS NEUROLÓGICOS, PUPILAS ISOCÓRICAS, FOTORREAGENTES, SEM DOR A MOBILIZAÇÃO ATIVA E PASSIVA CERVICAL, EDEMA OMBRO D, SEM DOR A PALPAÇÃO TORÁCICA, ACP FISIOLÓGICA, ESTÁVEL HEMODINAMICAMENTE, ESCORIAÇÕES NO OMBRO D E JOELHO E DE OUTRA QUEDA.

Diagnóstico Inicial:

?

EXAMES COMPLEMENTARES:

PRESCRIÇÃO MÉDICA:

SF 500ML EV ABERTO
TILATIL 20 MG + AD EV

> 21:25 h
[Assinatura]

Nemésio Martins de Castro Neto
CRM-PI 3358
Confere com Original

MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

ENCAMINHADO PARA MEDICAÇÃO

Data: / /

Hora: :

Assinatura Paciente ou Responsável:

Dr. Igor Marcelos Borges
CRM-PI 3358 / CRM-MA 221
IGOR MARCELO BORGES LIMA
CRM-PI 3358 Em: 12/05/2017 10:49:37

| | | | | | |
|---|------------|---------------|---|--------------|------------|
| NOME DO PACIENTE Wanderley da Silva Azeiteiro | PRONTUÁRIO | D. NASCIMENTO | CLÍNICA | ENF. ou APT. | LEITO |
| DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES LAC V/D 692 | | ALERGIAS | Ortop. | 229 | 218 |
| PREScrição MÉDICA DATA: 01/11/17 HORA: 13h | | HORÁRIO | MÉDICO ASSISTENTE/ ESPECIALIDADE | | |
| 1) Defenda zero de 8h on | | | OBSERVAÇÕES | | |
| 2) Defenda zero de 8h on | | | 10:20h: Paciente encaminhado à clínica ortopédica. | | |
| 3) Defenda zero de 8h on | | | No momento aguardando marcação cirúrgica. | | |
| 4) Defenda zero de 8h on | | | Ana Carolina S. Rodrigues Enfermeira COREN-PI 146384-15 | | |
| 5) Defenda zero de 8h on | | | 10:40 - Paciente admitido procedente do Posto 1 com LAC D, edemato, orientado, físico. Nega patologias crônicas e alergia a medicamentos. | | |
| 6) Defenda zero de 8h on | | | Ludimila de Azeiteiro Enfermeira COREN-PI 171106-8 | | |

MOD-07

MÉDICO/CRM:

Wanderley da Silva Azeiteiro



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente

Diagnóstico pré-operatório

Operação - Tipo

Cirurgião

2º Assistente

1º Assistente

3º Assistente

Instrumentador(a)

Anestesiista

Anestesia

Anestésico(a)

Data da Operação

Início

Fim

Diagnóstico Pós-operatório

Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

Nemésio Martins de Castro Neto
Matrícula: 70091
SAMUT
Confere com Original

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

1. ID em posição prona.
2. Posição lateral.
3. Redução da LA.
4. Fixação.
5. Lavagem.

Dr. Hugo José Sales
Ortopedia e Traumatologia
da Coluna Vertebral
CRM 3638 TEO 12572



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 15, 05, 17

NOME DO PACIENTE: Francinaldo Almeida Monteiro PRONTUÁRIO Nº: _____

DIAGNÓSTICO: _____

CIRURGIA: _____

ANESTESIA: _____

Nº DA SALA: _____

CIRURGIÃO: _____

CPF Nº: _____

AUXILIAR: _____

CPF Nº: _____

ANESTESIA: _____

CPF Nº: _____

INSTRUMENTADORA: Claudiane

CPF Nº: _____

MATERIAL DE CONSUMO

| DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO |
|-------------------------|-------|--------|-------|----------------------|--------|--------|-------|
| AGULHA 25X8 | UNID. | 02 | | LÂMINA DE BISTURI 24 | UNID. | 01 | |
| AGULHA 30X8 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 8.0 | PAR | 02 | |
| AGULHA 40X12 | UNID. | 02 | | LUVA Nº 6.5 | PAR | 02 | |
| AGULHA RAQUE | UNID. | | | LUVA DE PROCEDIMENTO | PAR | 03 | |
| ALCOOL 70% | ML | 200 | | PVPI DE GERMANTE | ML | 100 | |
| ALGODÃO | BOLA | 02 | | PVPI TÓPICO | ML | 50 | |
| ÁGUA OXIGENADA | ML | 100 | | PVPI TINTURA | ML | | |
| COMPRESSA | PAC. | 03 | | SERINGA 20CC | UNID. | 02 | |
| EQUIPO MACRO- GOTA | UNID. | 01 | | SERINGA 10CC | UNID. | 02 | |
| ESPARADRAPO | CM | 60 | | SERINGA 5CC | UNID. | 01 | |
| ESCALPE Nº | UNID. | | | SERINGA 3CC | UNID. | | |
| FORMOL | ML | | | SORO FISIOLÓGICO | FRASCO | 01 | |
| GASES | PAC. | 03 | | SONDA URETRAL | UNID. | | |
| JELCO Nº 20 | UNID. | 01 | | Coletor Ocular | 1 | | |
| FIOS | UNID. | QUANT. | PREÇO | OCORRÊNCIA | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES C/AG | | | | | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES S/AG. | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO C/AG | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO S/AG | | | | | | | |
| ALCOFIL | | | | | | | |
| MONONYLON | | | | | | | |
| FITA UMBILICAL | | | | ENFERMARIA: | | | |
| VICRYL | | | | CIRCULANTE: | | | |
| PROLENE | | | | | | | |